

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA**

JULIANA VILAR DA NÓBREGA LAFFRONT

**RESISTÊNCIAS OU DIREITOS?
UM ESTUDO COM PESSOAS QUE VIVEM NAS RUAS EM SANTOS
(SP)**

SANTOS/2015

JULIANA VILAR DA NÓBREGA LAFFRONT

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

RESISTÊNCIAS OU DIREITOS?

**UM ESTUDO COM PESSOAS QUE VIVEM NAS RUAS EM SANTOS
(SP)**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sonia Regina Nozabielli.

SANTOS/2015

JULIANA VILAR DA NÓBREGA LAFFRONT
RESISTÊNCIAS OU DIREITOS?
UM ESTUDO COM PESSOAS QUE VIVEM NAS RUAS EM SANTOS
(SP)

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sonia Regina Nozabielli.

Aprovação em ____/____/____.

Prof^a Dr^a Silvia Maria Tagé Thomaz

Universidade Federal de São Paulo

BANCA EXAMINADORA

*Dedico este trabalho à minha família e às pessoas que vivem
nas ruas na cidade de Santos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais Dulci e Alexandre pelo apoio incondicional. Obrigada por me encorajar e me dar forças para continuar.

À minha irmã Jessica agradeço a ajuda, as conversas e o estímulo de sempre.

Agradeço ao meu namorado Rômulo por toda a ajuda, apoio e companheirismo.

Gostaria de agradecer aos mestres, professores que participaram de minha formação desde o jardim de infância até a universidade. Obrigada pelos grandes aprendizados que levarei para a vida.

Obrigada aos colegas e amigos que também compartilharam aprendizados, me apoiaram e contribuíram significativamente para minha formação.

Agradeço à minha orientadora, primeiramente na iniciação científica e agora no trabalho de conclusão de curso, a querida Sônia Regina Nozabielli, por todo o apoio, a troca, a paciência, a dedicação e o carinho.

Seria injusto não agradecer também os meus colegas de trabalho, que com sua experiência enriqueceram minha trajetória de aprendizado. Em especial, à Luciana Bolognini, Rosana Dias, Paulina Policarpo, Elisângela Aparecida, Elina Adriana e Fernanda Vaz.

E, finalmente, às pessoas que vivem nas ruas de Santos, por tanto me ensinarem através da riqueza de suas histórias.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social aborda o fenômeno das pessoas que vivem nas ruas. Buscar-se-á compreender se quem vive na rua se vê enquanto sujeito de direitos e qual relação estabelecem, ou não, com a Política Nacional de Assistência Social no município de Santos. Tem como questão motivadora a análise do modo como as pessoas que vivem na rua explicam a rua, os seus direitos e os serviços da assistência social a partir de suas falas, dando assim voz a elas em entrevistas semiestruturadas. Partiremos assim do pressuposto de que quem vive na rua não se vê enquanto sujeito de direitos e que a compreensão desse aspecto, assim como da rua como espaço de significação para quem a vive é fundamental para que o trabalho na Política de Assistência Social se dê na perspectiva de garantia de direitos sociais e humanos. Para tanto, considerando a especificidade da pesquisa em ciências sociais, além de um estudo bibliográfico utilizaremos a abordagem qualitativa, através de entrevistas que serão analisadas utilizando como metodologia a análise de conteúdo.

Palavras-chave: 1. Serviço Social; 2. Pessoas que vivem nas ruas; 3. Política Nacional de Assistência Social; 4. Direitos;

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Áreas Censitárias – p. 44

Quadro 2 – Serviços de Acolhimento de Santos em 2013 – p. 46

Quadro 3 – Tempo de Permanência em Santos – Moradores – p. 47

Quadro 4 – Uso de Álcool e/ou Drogas por Sexo – p.50

Gráfico 1 – Pessoas Vivendo nas Ruas de Santos – p. 43

Gráfico 2 – Tempo de Permanência na Cidade – Não Nascidos em Santos – p. 48

Gráfico 3 – Nascidos em Santos – p. 49

Gráfico 4 – Consumo de álcool e outras drogas – p. 50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CET – Companhia de Engenharia de Tráfego

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GM – Guarda Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MJ – Ministério da Justiça

MS – Ministério da Saúde

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDV – Programa de Demissão Voluntária

SDF – Sans-Domicile-Fixe

SEABRIGO-AIF – Seção Abrigo de Adultos, Idosos e Famílias

SEACOLHE-AIF – Seção Acolhimento de Adultos, Idosos e Famílias

SEAS – Secretaria de Assistência Social

SEAS/PMS – Secretaria de Assistência Social / Prefeitura Municipal de Santos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UnB – Universidade de Brasília

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I	13
1.1 Perspectiva histórica de conceituação do fenômeno	15
1.2 Contexto contemporâneo – expressão radical da questão social	33
1.3 Pessoas que vivem nas ruas de Santos.....	42
Capítulo II	52
2.1 O Caminho Percorrido	54
2.2 Os Protagonistas.....	58
2.3 Por que a Rua?	62
2.4 Viver nas Ruas.....	65
2.5 Definição de Direitos	74
2.6 Tem Direitos na Assistência Social?	83
Considerações Finais	91
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	100

Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Resistências ou Direitos? Um Estudo com Pessoas que Vivem nas Ruas em Santos – SP” é uma pesquisa que surgiu a partir de alguns processos.

Primeiro, enquanto estudante de serviço social na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) penso ser importante a discussão desta temática devido às leituras feitas em minha formação acadêmica e às vivências no estágio acadêmico supervisionado no Centro Pop e no Serviço Especializado em Abordagem Social.

Ao mesmo tempo, há quase três anos trabalho como funcionária pública, na função de operadora social, no “serviço especializado em abordagem social”¹ da prefeitura de Santos. Esse trabalho, com a chamada “população em situação de rua”, tem como fundamento a criação de vínculos, conhecimento do território e a construção de portas de saída da rua, de acordo com a “Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua” instituída pelo Decreto 7.053 de 2009.

Também foi um fator para a escolha desta temática o desenvolvimento de minha Iniciação Científica, “A Rua e os Serviços da Assistência Social na Perspectiva das Pessoas em Situação de Rua como Lugares e Não-Lugares no Município de Santos”, que, também relacionada as minhas experiências de trabalho

¹ Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, resolução nº109, de novembro de 2009, o serviço de abordagem social é:

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamentos de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede desserviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos. (BRASIL, 2009, p.22)

e estágio, permitiu um processo de amadurecimento e a vontade de continuar os estudos deste tema em novas perspectivas.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso buscamos compreender se quem vive na rua se vê enquanto sujeito de direitos e qual relação estabelecem, ou não, com a Política Nacional de Assistência Social. Temos como questão motivadora a análise do modo como as pessoas que vivem na rua explicam a rua, os seus direitos e os serviços da assistência social a partir de suas falas, dando assim voz a elas.

Consideramos importantíssima essa discussão, pois o fenômeno das pessoas que vivem na rua é uma expressão radical da questão social que traz em si numerosas violações de direitos e desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Acreditamos que esse estudo pode trazer reflexão sobre quem são as pessoas que vivem na rua e como elas significam o espaço e a dinâmica em que vivem, os seus direitos e os serviços da política de assistência social, entendendo que essa reflexão é importante para que o trabalho na Política de Assistência Social se dê na perspectiva de garantia de direitos sociais e humanos.

Entendemos o quão difícil é conceituar esse fenômeno, dada a complexidade de trajetórias e a heterogeneidade de situações. No âmbito normativo da política nacional, essa população é definida como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (MDS, 2008)

Partindo da percepção dessa difícil conceituação, pretende-se também com esta pesquisa poder contribuir com os estudos e pesquisas do serviço social (e de outras áreas) no campo das pessoas que vivem na rua, entendendo que essa é uma temática importante por se tratar de uma expressão radical da questão social, que engloba várias violações de direitos e que ainda temos poucos estudos e pesquisas, principalmente trabalhando com a interpretação das pessoas que vivem na rua e são atendidas, ou não, pelos serviços da assistência social.

Como metodologia, optamos pela abordagem qualitativa e, para a análise dos dados utilizamos a metodologia de análise de conteúdo, entendendo-a como pertinente a esta proposta de estudo.

Para tanto, fizemos entrevistas semiestruturadas com quatro pessoas que vivem nas ruas de Santos. É importante ressaltar que a pesquisadora tem aproximação com a temática, pois trabalha no atendimento direto à pessoas que vivem nas ruas em Santos e esse é um elemento que foi facilitador para a identificação dos/das sujeitos/as da pesquisa e realização das entrevistas.

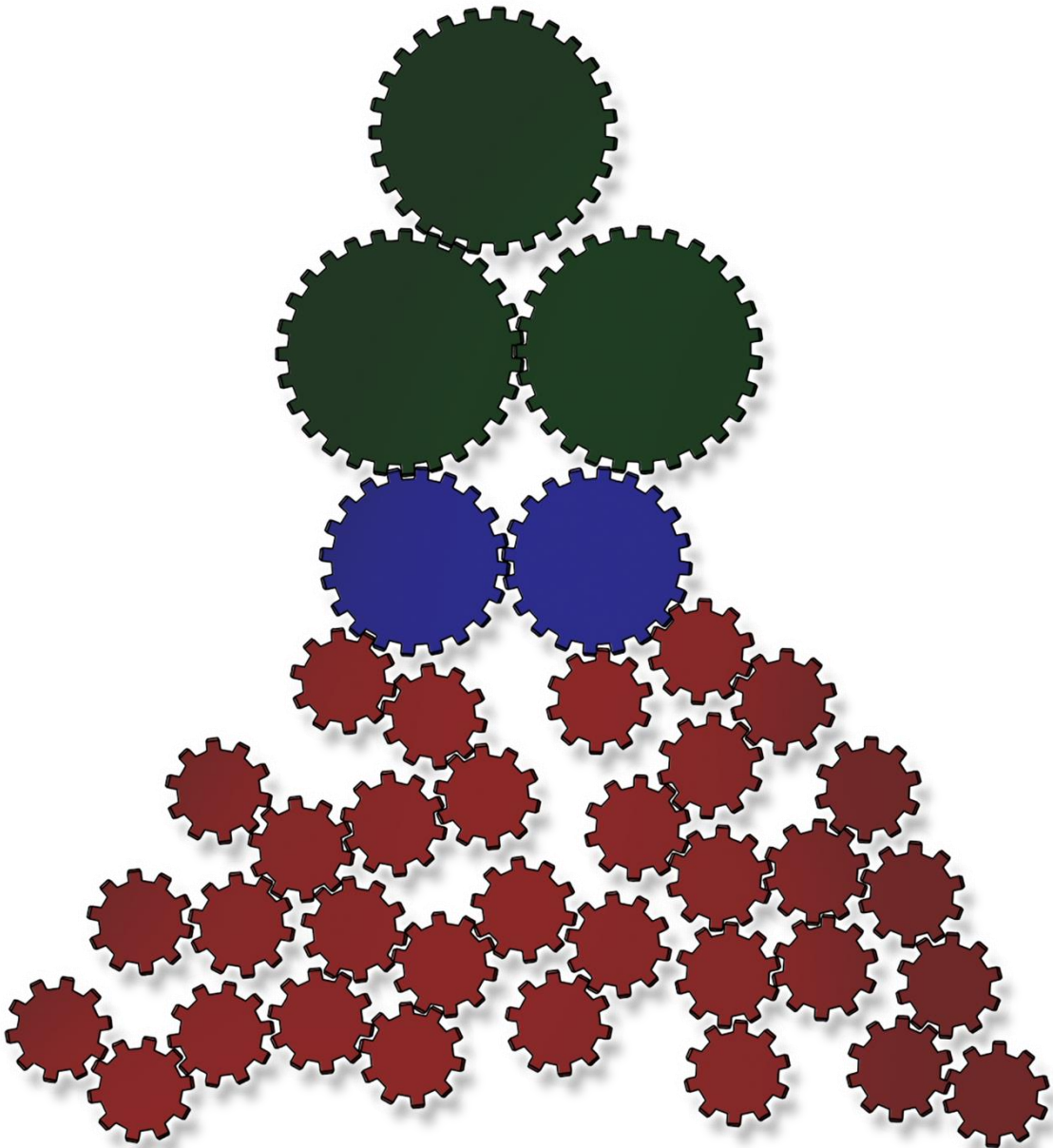
Este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo buscamos analisar as expressões comumente utilizadas ao longo da história para identificar o grupo social que por algum motivo foi levado à viver nas ruas e a forma como a sociedade interpreta e interage com esse fenômeno. Também se pretendeu fazer uma caracterização do perfil das pessoas que vivem nas ruas em Santos sob a égide da contextualização baseada nos dados estatísticos do último censo realizado na cidade.

Já no segundo capítulo, fizemos uma análise das entrevistas realizadas dialogando com os autores estudados. Trabalhamos, assim, buscando entender o que pensam sobre a vida na rua e como percebem suas vivências.

Além desse aspecto, procuramos compreender se eles se enxergam enquanto sujeitos de direitos, assim como o que é ter direitos em sua interpretação. Também analisamos qual relação estabelecem, ou não, com a Política de Assistência Social.

Assim, diante da necessidade, enquanto estudante de serviço social e trabalhadora da Política Nacional de Assistência Social, de contribuir para os processos de trabalho e estudo dos que se interessam por essa temática, fortalecendo a busca pela garantia de direitos às pessoas que vivem na rua encerramos este Trabalho de Conclusão de Curso entendendo que a hipótese desta pesquisa foi confirmada, pois as pessoas entrevistadas demonstraram não se reconhecer enquanto sujeitos de direitos e pudemos analisar as relações que estabelecem com a Política de Assistência Social na cidade de Santos.

Capítulo I



Capítulo I

Pessoas que Vivem nas Ruas

“Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.”
(SAWAIA, 2001, p. 8)

Mendigos, vagabundos, miseráveis, indigentes, aventureiros, rebeldes, pobres de passagem, pobres válidos e inválidos, marginais da vida social, pobres vivendo na rua, povo da rua, morador de rua, comunidade de rua, excluídos, sofrendores de rua, maloqueiros, sem-teto urbano, lumpemproletariado, homeless, clochards, sans domicile fixe (SDF), sans-abri, les gens de la rue, les gens dans la rue, população em situação de rua, pessoas em situação de rua. Essas são algumas das expressões utilizadas ao longo da história para designar as “pessoas que vivem nas ruas”. Por entendê-las como construções históricas que indicam o modo como a sociedade explica e intervém nesse fenômeno, este capítulo tem como objetivo analisar essas expressões.

Também pretende caracterizar, no contexto atual, quem vive nas ruas na cidade de Santos, para que possamos contextualizar nosso objeto de pesquisa na realidade local. Para tanto, nos embasaremos no último censo sobre “*população em situação de rua*”, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) no ano de 2013.

1.1 Perspectiva histórica de conceituação do fenômeno

Ao refazer o percurso histórico da conceituação deste fenômeno através de um estudo bibliográfico nos deparamos com pesquisadores importantes para nos ajudar a compreender como a sociedade vem explicando e intervindo nesse fenômeno.

Considerando a sua complexidade, buscamos referências nas áreas da História, das Ciências Sociais, do Direito e do Serviço Social. Por tanto, dialogaremos nesta etapa com Bronislaw Geremek (1995), Michel Mollat (1989), Camilla Giorgetti (2014), Pousa Júnior (2011), Maria Lúcia Lopes da Silva (2009, 2010).

Nos textos de Mollat (1989) e Geremek (1995) fica evidenciado que a mendicância foi um dos primeiros estigmas da sociedade em relação às pessoas que vivem nas ruas. Assim nos deparamos com a palavra *mendigo*. Essa expressão vêm do latim, *mendicus*, em que o étimo (o radical) *mend* vem da palavra *mendum*, que significa defeito físico. “Isto porque os primeiros *mendigos* não podiam trabalhar por serem deficientes físicos de nascença ou mutilados de guerra ou de acidentes de trabalho e precisavam recorrer à misericórdia alheia para obter os bens essenciais à sobrevivência.”² Ou seja, essa denominação era denotada às pessoas que eram socialmente consideradas incapazes para garantir a própria sobrevivência, dependentes de outros, da sociedade. Esse processo se constitui durante a Idade Média, sendo essa denominação fortemente associada à pobreza e à incapacidade para o trabalho.

O historiador polonês Bronislaw Geremek estudou na Universidade de Varsóvia e na École des Hautes Études em Paris. Ele concentrou sua linha de estudo e pesquisa no pauperismo na Europa, principalmente durante o período medieval.

Teremos como base seu livro “*Os Filhos de Caim- Vagabundos e miseráveis na literatura europeia 1400-1700*”, onde ele estuda como a pobreza foi representada no imaginário europeu e na formação das sociedades modernas,

² <http://www.dicionarioetimologico.com.br/mendigo/> acessado em 07/06/2015 às 18h37

através de textos, documentos e um vasto acervo literário produzido entre o século XV e o século XVII na Europa.

Geremek (1995) busca compreender como os termos *vagabundo*, *vigarista* e *mendigo* foram construídos na literatura europeia medieval, entendendo como literatura desde a poesia até obras documentais e demonstrando que esses termos eram os utilizados para caracterizar as pessoas que vivem nas ruas, mas de forma genérica, os *pobres*.

A análise da literatura é importante para a compreensão da conjuntura de todas as épocas. Geremek indaga que:

Grosso modo, o aparecimento dessa literatura pode ser situado tanto no tempo quanto no espaço, e por isso é possível tentar tratá-la como um fato de diacronia histórica, isto é, tentar inscrevê-la no tempo e na conjuntura social. Isso significa indagar: será que o surgimento e a evolução da literatura dos *mendigos* é um testemunho do surgimento e da evolução do pauperismo como fenômeno social? (GEREMEK, 1995, p. 16)

Entendemos, assim, com Geremek que conceitos são “construções teóricas que ajudam a ordenar os fatos, elaborar imagens sintéticas, penetrar nas divisões e ligações estruturais da sociedade analisada” (GEREMEK, 1995 p.16). Salientando que, além de construções teóricas, são também fundamentalmente construções históricas e a literatura é uma excelente opção para análise de conceitos e, para além, de toda uma conjuntura social, permitindo “confrontar essas construções históricas com o quadro que funcionava na consciência social da época examinada” (GEREMEK, 1995 p.16).

Geremek demonstra que ao longo do tempo os valores agregados à figura do *mendigo* variaram, porém em geral, seguiam as seguintes linhas:

Ora se trata de um mendigo humilde que encontra na renúncia a satisfação moral, ora de um filósofo que vê na pobreza uma condição para o cultivo da reflexão independente. Por vezes o pobre é um miserável, vítima das relações sociais, a quem a necessidade empurrou para as práticas infames. (GEREMEK, 1995, p 7-8)

Ele também ressalta que, além dessas três linhas de pensamento, como

uma sequência da última, é atribuída aos chamados *mendigos* a ideia de que suas vidas são traçadas pela criminalidade, como se ela fosse algo inerente a eles e a sua condição. É constante a associação da miséria ao crime. Ele exemplifica essa ideia através da semelhança linguística que há entre as palavras *nedzarz* (*miserável*) e *nedznik* (*marginal, ignóbil*) em polonês. “A antiga tradução polonesa de *Os Miseráveis* de Victor Hugo era justamente *Nedznicy*, ou seja, *delinquente* – aquele que infringe a lei e é perseguido pelo aparelho de repressão -, *vagabundo, ladrão, bandido*” (GEREMEK, 1995 p.8).

Esse pensamento evidencia a ideia de apartação, como se a sociedade fosse feita de “homens de bem” (GEREMEK, 1995) e os *excluídos*, os *miseráveis*, fossem fonte dos problemas e dos males dessa sociedade.

Este percurso histórico ressalta algo que ocorre em nossa sociedade nos dias atuais, que é a necessidade de problematizar esse fenômeno e criar respostas para a sua existência, o que implica diretamente nas intervenções às pessoas que vivem nas ruas:

Em geral, a sociedade civil encara esse fenômeno a partir de uma perspectiva estigmatizadora que acaba por se concretizar em duas vias: a da culpabilização e a do assistencialismo. Salientando a grande tendência à “higienização social”. (LAFFRONT, 2015, p. 17)

Esse movimento dialético entre culpabilização e assistencialismo é recorrente. Precisamos lembrar a importância da Igreja nos processos históricos. O assistencialismo vem diretamente ligado às práticas de caridade religiosas ao longo do tempo. Naquele período a pobreza era louvável:

Todavia a pobreza era um valor proclamado e afirmado pelo cristianismo – e de resto também louvado, às vezes sob formas mais complexas, em outros sistemas religiosos -, o que repercutiu sobre a atitude geral diante do fenômeno social dos pobres. Entretanto não se deve obrigatoriamente interpretar as louvações à pobreza como sinal de uma valorização positiva do mundo da miséria. A miséria voluntária era um estado digno de elogio, enquanto a miséria “por necessidade” era normalmente condenada. (GEREMEK, 1995, p. 9)

Segundo Geremek, na literatura havia três modelos principais de representação específicos da *psicologia do vagabundo, do mendigo e do delinquente*, sendo eles os seguintes:

O primeiro era o *mendigo* ou *vagabundo perigoso*. Os mecanismos de transmissão genética (o *vagabundo* era filho de um *vagabundo*, o *mendigo*, filho de um *mendigo*, o *delinquente*, de um *delinquente*), a sorte instável ou as más inclinações levavam ao desarraigamento social, à recusa de exercer uma função na sociedade, isto é, a recusa do trabalho, já que a maioria dessas pessoas era de condição plebeia. A aversão ao trabalho, à dependência ou à subalternidade eram as motivações mais frequentes nesse quadro.

O segundo modelo era uma personagem ridícula, fato condicionado não só pelo tipo de literatura que se ocupava dessa temática e pelas exigências dos seus leitores e ouvintes como também pela “sociologia do riso” da sociedade tradicional. O riso abalava as divisões sociais, hierárquicas e petrificadas; o aspecto ridículo de um *outsider* era mais um elemento que o excluía do mundo dos homens normais, assim como uma forma de racionalizar essa exclusão.

O terceiro modelo de representação era, enfim, o tipo de homem dirigido pelos outros (*other-directed*), privado de personalidade própria, um homem que sucumbia às más influências ou que se deixava levar pelas suas próprias inclinações malignas, que não sabia se opor à pecaminosidade da natureza humana ou às circunstâncias, adaptando-se a realidade em seus aspectos negativos e em suas exigências moralmente reprováveis. O modo de vida dos *vagabundos* excluía a estabilidade como fundamento de uma vida digna; a depravação era o resultado da instabilidade, e a debilidade de caráter dos protagonistas dessa literatura levava-os as desilusões contínuas, pois os objetivos alcançados eram sempre diversos dos pretendidos. (GEREMEK, 1995, p 305-306)

Outro aspecto interessante a ser considerado é como a própria imagem impactava e provocava, “elemento que definia negativamente os miseráveis era o seu aspecto externo” (GEREMEK, 1995 p.10). A aparência e o cenário eram elementos intrinsecamente ligados à ideia de mendicância e pobreza:

No caso dos *mendigos* o próprio corpo desempenha o papel de meio de vida; a exposição dos membros magros, do corpo coberto de úlceras e

feridas, devia despertar compaixão. E realmente despertava, embora a compaixão fosse acompanhada de um certo tipo de curiosidade pela dor e o sofrimento, e ao mesmo tempo de nojo. (GEREMEK, 1995, p. 10)

É interessante também a histórica relação entre mobilidade, localidade e responsabilidade da sociedade. A mobilidade incomodava e desobrigava de responsabilização social pela situação. “A mobilidade geográfica dos miseráveis – consequência da sua situação e da sua forma de vida – era vista como prova de subversão das normas da convivência social” (GEREMEK, 1995 p. 10). Se o *mendigo* fosse daquela vila era tratado de uma forma diferente a dos que eram *forasteiros*, “no momento em que esses dois fenômenos se encontram, quando o pobre era um estrangeiro e um desconhecido, as atitudes de intolerância e hostilidade se intensificaram” (GEREMEK, 1995, p. 10).

Hoje consideramos esse fenômeno como intrinsecamente urbano, e essa característica era perceptível no período medieval. Geremek (1995) relata que as cidades dispunham de estoques de alimentos e eram lugares com mais recursos em relação ao meio rural, principalmente em termos de caridade. O que era algo atrativo aos pobres. “Massas esfomeadas de *miseráveis* dirigiam-se para lá, enchendo as praças e ruas, e quando encontravam as portas fechadas ficavam esperando ajuda ao pé das muralhas, contando com a comida, o leite num abrigo ou a esmola de um passante.” (GEREMEK, 1995, 20)

Em contra partida, “as cidades faziam todo o possível para se livrar desses *hóspedes*” (GEREMEK, 1995 p. 20). Parte das pessoas vinha às cidades em caráter transitório e retornava ao campo quando chegava a nova colheita. Porém, havia pessoas que mesmo com as novas colheitas continuavam na cidade:

Parte de tais *migrantes esfomeados* não tinha motivo para voltar à aldeia. As catástrofes violentas e dramáticas da conjuntura social evidenciaram uma situação estrutural: o pauperismo surgiu como um fenômeno endêmico na aldeia moderna. (GEREMEK, 1995, p.20)

A existência de pessoas vivendo nas ruas está ligada ao surgimento das cidades. Segundo Geremek (1995) só os locais que aglomeram um número considerável de pessoas são capazes de garantir a eles os subsídios mínimos para

sobrevivência, através da caridade e da ajuda, evitando assim a necessidade de constantes peregrinações, sendo inclusive frequente o aparecimento na literatura do conceito de *mendigo* enquanto um grupo profissional integrante da cidade. Eles exerciam uma “função considerada útil e necessária; tornavam-se um problema apenas quando crescia excessivamente o número dos que, como eles, precisavam de ajuda, ou quando faltava mão-de-obra no mercado de trabalho”. (GEREMEK, 1995, p.20)

Geremek (1995) traz como exemplo a crise no sistema feudal que ocorrera em 1527 em vários países da Europa. Nesse período a fome havia devastado o campo e esse fator associado ao sonho de uma vida melhor na cidade fazia com que por consequência grandes grupos de camponeses fossem para as cidades da península dos Apeninos, no norte da França, à Holanda. Com esse movimento as cidades precisaram se reordenar em relação à assistência social na forma que era praticada na época. Os centros urbanos, que se formavam lentamente, eram incapazes de absorver a demanda de imigrantes que chegava do meio rural. Numerosos fatores dificultavam essa absorção, como a dificuldade de adaptação à forma e ritmo de vida da cidade, considerando também as exigências profissionais:

As massas de *miseráveis*, para as quais não havia lugar nem no campo nem na cidade, tornam-se um elemento constante da paisagem social da Europa. Elas ganhavam a vida com trabalhos ocasionais e esmolas; e seus componentes às vezes se sustentavam tonando-se *parasitas*, *aventureiros*, *vigaristas*, ou até mesmo *criminosos*. (GEREMEK, 1995, p.21)

Para Geremek (1995) os grupos de *mendigos* representavam um conceito forte para a sociedade, eram uma anti-sociedade, “se tratava de uma ordem baseada na negação de toda ordem, de um Estado “anti-Estado”, de uma sociedade anti-social”. (GEREMEK, 1995, p. 304) Dessa forma eles eram representados e entendidos, como se estivessem fora da sociedade organizada, como se fossem o símbolo de seu inverso. Consideravam as regras e formas de convivência dos grupos de *mendigos* em sua “desorganização social” análogos as da “sociedade organizada”, porém com valores invertidos, “as vestes reais eram farrapos e o cetro era o cajado. O objetivo dos debates e das assembleias não era o bem, mas o dano

público”. (GEREMEK, 1995, p. 304)

Segundo Geremek (1995), esses grupos descritos pela literatura como uma anti-sociedade se inseriam na consciência social através de um “estereótipo da sua estranheza”, que era um dos fatores que posteriormente funcionou para fomentar comportamentos xenofóbicos etnocêntricos. Ele destaca que a forma autobiografia, que é encontrada com muita frequência nessa literatura “transformava as descrições da vida dos *vagabundos* na confissão de um pecador”. (GEREMEK, 1995, p.305)

Na literatura alemã, Geremek (1995) relata que as primeiras descrições em relação ao “*mundo dos mendigos*” são datadas do século XVI e tem como característica a tentativa de decifrar as palavras e nomes que por eles eram usados, “a sua linguagem particular”. Ele diz que os primeiros registros municipais surgem a partir dos anos quarenta do século XIV e posteriormente vários textos de crônicas e poesia popular. Já no sul da Alemanha, no século XV aparecem as primeiras descrições mais detalhadas das categorias de “*mendigos e vagabundos*” e o “registro das palavras e dos termos da sua linguagem secreta, chamada Rotwelsch (a primeira referência conhecida a essa linguagem é de 1250)”. (GEREMEK, 1995, p.23)

Já na literatura francesa, Geremek (1995) ressalta que a partir do século XIII o conceito de *mendigo* se torna presente. Relata que em *Diz des ribaux de Greive* de Rutebeuf, há uma mistura de sentimentos que vão do escárnio à compaixão na descrição do chamado *vagabundo parisiense*. Em *Roman de la Rose* de Jean Meung (1275-1280) é descrita a situação de miséria dos *mendigos* que vivem às portas de hospitais e igrejas. Já em *Miracles de Notre-Dame par Personnages* os *mendigos* surgem na forma mais frequente de sua representação no teatro medieval e renascentista, eles são “figuras que interrompem a ação para divertir, sendo ao mesmo tempo objeto de escárnio. São ridículos seu aleijão e as brigas por dinheiro tanto quanto sua ganância e insistência. Eles são os representantes do ofício da mendicância”. (GEREMEK, 1995, p.25)

A literatura sobre os *mendigos e vagabundos* estava, na concepção do autor, inserida na conjuntura da reforma nas instituições de assistência social da época, sendo um “instrumento de mudança das atitudes sociais em relação à pobreza”. (GEREMEK 1995, p. 304)

Geremek (1995) ressalta que é difícil descrever com detalhes todas as imagens particulares criadas pelas literaturas europeias acerca da chamada marginalização social, e diz que elas se baseiam em um longo período de tempo e espaço em caráter geral, sem evidenciar os destinos individuais. Para ele um dos traços mais marcantes e em comum ao *mundo dos marginais* relatado na literatura medieval europeia é, nesse modo de vida *sans-domicilie-fixe*, que eles “aliavam à vida errante a recusa ao trabalho e a constituir um núcleo familiar”. (GEREMEK, 1995, p.306)

Geremek descreve que a pobreza era frequentemente apresentada de forma latente e que por vezes era tida como uma escolha pública, louvável e voluntária “como no caso do cristianismo medieval”, sendo “um caminho para a perfeição e a salvação.” O autor afirma que em sua perspectiva a pobreza não possui uma certidão de nascimento, fazendo parte de todas as sociedades históricas que “evidenciaram uma diferenciação das condições materiais e da força física dos homens”. (GEREMEK, 1995, p.20) Ele diz que não se deve entender os *pobres* como um componente ou como testemunhas do pauperismo, pois este é um fenômeno social, “é resultado dos processos de empobrecimento e rebaixamento de classes de vastos grupos da população”. (GEREMEK, 1995, p.142)

Michel Mollat (1989), professor de história medieval na Sorbonne, dedicou mais de 14 anos de suas atividades à pesquisa da pobreza na Idade Média.

O livro “Os Pobres na Idade Média”, publicado em 1978, é uma síntese de suas pesquisas e produção feitas entre 1962 e 1976 sobre a pobreza ao longo da história. Traz um retrato da pobreza entre os séculos V e XV.

Para Mollat (1989) a pobreza foi constante durante a Idade Média e é por ele considerada “em sua acepção usual de carência”. Ele destaca que jamais foi pensado suprimir a pobreza desde o pauperismo antigo dos tempos bárbaros até à Renascença e o período da Reforma, quando se desenvolveu um “sentimento de vergonha diante de um estado indigno do homem” (MOLLAT, 1989, p. 1).

Quanto à evolução semântica do termo, ele destaca o percurso feito das palavras latinas *paupertas* e *pauper*, sendo que seus derivados foram base para o enriquecimento das línguas germânicas e eslavas:

Em francês *povreté* e *pauvreté*, *povre* e *pauvre*, em italiano *povertà* e

poveiro, em português e em espanhol pobreza e pobre, em inglês poverty e poor. Pouco importa, por exemplo, a diversidade das formas alemãs Armut e arm, pois os encaminhamentos semânticos correspondem aos mesmos procedimentos mentais. (MOLLAT, 1989, p.2)

O autor destaca que os documentos históricos sempre trazem “o olhar dos outros homens sobre os *pobres*” (MOLLAT, 1989, p. 3), ou seja, sobre o ponto de vista daqueles que não vivem a pobreza. Essa análise é importante considerando que não há como examinar a fala das pessoas que se encontravam no cerne da pobreza, somente as impressões que outros tinham delas e de suas vivências. Além disso, eles acreditavam na distinção maniqueísta entre *pobres “bons”* e “*verdadeiros*” e *pobres “maus”, “falsos”* e “*rebeldes*”, destacando que é necessário examinar o mecanismo desse processo.

Ele relata que o clero fazia uma distinção entre os “*pobres meritórios* e aqueles que não o eram” (MOLLAT, 1989, p. 8) e que a desconfiança era crescente principalmente em relação aos que vinham de fora, pois “o *pobre* não é apenas um não-reconhecido: é um desconhecido” (MOLLAT, 1989, p. 8), e então era questionado se eles não seriam *vagabundos, rebeldes ou propagadores de epidemias*, até mesmo sua pobreza era posta à dúvida, “será que ele é realmente *pobre*, que está verdadeiramente enfermo?” (MOLLAT, 1989, p. 8). Segundo ele era típico e constante o processo migratório que era gerado pelas condições de precariedade em um território e que levavam inclusive ao nomadismo em busca de condições de sobrevivência. Mollat relata que os “asilos”, abrigos da época, somente albergavam os “*pobres de passagem* durante um tempo limitado e, em época de alarme, recusavam-lhes acesso às cidades” (MOLLAT, 1989, p. 8) afim de controlar o número de pessoas. Para eles:

O *errante*, o *mendigo*, o *desclassificado* seria um rebelde, um disseminador da desordem ou um propagador de epidemias. Assim se haviam estruturado os personagens do *deficiente* e do *pobre*, cujos traços familiares transparecem quase estereotipados, nos textos e na iconografia... A nudez significa a indigência total; a magreza exprime sua fome; as úlceras, as deformidades e o bastão traduzem as deficiências fisiológicas; a presença do cão evoca a ausência de companhia humana, enquanto o número de *mendigos* representa a multidão dos *pobres*. (MOLLAT 1989, p. 63-64)

Mollat (1989) relata que em Constantinopla São João Crisóstomo estimava que houvesse cinco mil *indigentes* por volta do ano 400, e que esse número foi na época “escandaloso”, “um escândalo que já provocara reações opostas: a repressão e a piedade” (MOLLAT 1989, p. 16).

Logo, a sociedade da época teve que responder a essa demanda e a conjuntura gerou a seguinte resposta, a favor da repressão:

Enquanto isso, a severidade impusera-se, e a fim de purgar Constantinopla dos *mendigos* que a obstruíam, realizava-se uma verificação para distinguir os *indigentes inválidos dos válidos*; estes últimos, desocupados voluntários ou não, foram considerados ociosos e devolvidos a seus amos quando eram escravos ou entregues a seus denunciadores como colonos perpétuos, caso fossem livres. (MOLLAT 1989, p. 16).

O autor destaca que a distinção na conceituação semântica entre *pobres válidos e inválidos* se dá através dos termos *pénes*, *trabalhador pobre*, e *ptokhós*, *indigente reduzido à mendicância*, palavras essas que abarcam em si características em comum, porém ao mesmo tempo encobrem “uma gama de infortúnios”.

“Onde acabava a pobreza válida? Onde começava a invalidez?” (MOLLAT, 1989, p. 18) questiona Mollat. O autor diz que a legislação bizantina e a moral construíam a linha divisória entre a capacidade para o trabalho e a não-capacidade para ele. Mollat afirma que “a vagabundagem e o desemprego apresentavam um problema político” (MOLLAT, 1989, p. 18) enquanto a invalidez, mental ou física se constituía como um problema moral. Segundo ele através da legislação justiniana³ alguns dos aspectos do primeiro ponto “e de suas soluções” são contemplados. Já o segundo ponto, ele relata que é específico dos seguintes casos:

³ Justiniano (Flávio Pedro Sabácio Justiniano) foi imperador bizantino desde 1º de agosto de 527 até o seu falecimento. Tendo nascido em Constantinopla em 11 de maio de 483 e morrido em 14 de novembro de 565, sucedeu seu tio Justino I no trono [...] Era um imperador ambicioso, pois pretendia resgatar o momento de maior esplendor de Roma, ao implementar um projeto de expansão e unificação territorial. Ficou marcado também pelo seu autoritarismo. Seu governo é caracterizado pela cobrança de altos impostos, fortalecendo bastante a desigualdade entre pobres e ricos, tão marcante no período do Direito Civil moderno. <<http://jus.com.br/artigos/22969/corpus-juris-civilis-justiniano-e-o-direito-brasileiro>> acessado às 18h40 em 30 de outubro de 2015.

Dizia respeito, além dos doentes, deficientes físicos e velhos, às crianças abandonadas, às meninas vítimas de proxenetas⁴ e, em épocas de escassez e de fome, e todos os que não tinham o que comer. (MOLLAT 1989, p. 19)

Ele conta que para cada estabelecimento onde essas pessoas buscavam alguma assistência a língua grega criou nomes específicos, sendo exemplos destes nomes as expressões *ptokheion* e *psenodokheion*, que foram apropriados pelo Ocidente com seu significado de asilo para os *pobres* e os *estrangeiros*. Segundo Mollat “a literatura hagiográfica⁵ está recheada de informações sobre as instituições de assistência, cujo poder desembocava na Igreja” (MOLLAT, 1989, p. 19)

Sobre os locais em que comumente eles se instalavam, Mollat (1989) diz que o habitat do *pobre* era o socialmente considerado inadequado. Na cidade, as praças, prédios públicos ou semipúblicos, “o átrio de uma igreja em Antioquia”, “o asilo de um mosteiro em Constantinopla”, eram os espaços urbanos por eles normalmente utilizados. Quanto a outros espaços, Mollat diz que:

Em outros lugares – pensamos na Capadócia –, a natureza das rochas oferece o refúgio natural de inúmeras grutas. Excepcionalmente, em Constantinopla e Jerusalém, escavações arqueológicas revelaram, nas zonas abandonadas do solo urbano, alguns vestígios de habitações de *pobres*. Vestígios, efetivamente, pois, a crer-se nos textos, esses alojamentos não deviam passar de barracos de tábuas ou caniços, com uma cobertura precária. Seria impossível falar-se em casa familiar

⁴ s.m. e s.f. Gigolô; pessoa que explora a prostituição, lucrando com ela ou vivendo às custas do trabalho de prostitutas. P.ext. Figurado. Algo ou alguém que vive explorando outra pessoa ou coisa. Quem é mediador em relações amorosas. (Etm. do latim: proxeneta; proxenetes.ae) < <http://www.dicio.com.br/proxeneta/> > acessado às 18h55 em 30 de outubro de 2015.

⁵ O termo hagiografia possui raízes gregas (hagios = santo; grafia= escrita) e é utilizado, desde o século XVII, momento em que se iniciou o estudo sistemático e crítico sobre os santos, sua história e culto, para designar tanto este novo ramo do conhecimento como o conjunto de textos que tratam de santos com objetivos religiosos (Delehay, 1973, p.24). São considerados textos de natureza hagiográfica os martirólogos, necrológicos, legendários, revelações (visões, sonhos, aparições, escritos inspirados, etc.); paixões, vidas, calendários, tratados de milagres, processos de canonização, relatos de trasladação e elevações (Linage Conde, 1997, p. 283-4), já que possuem como temática central a biografia, os feitos ou qualquer elemento relacionado ao culto de um indivíduo considerado santo, seja um mártir, uma virgem, um abade, um monge, um pregador, um rei, um bispo ou até um pecador arrependido. <http://auladeliteraturaportuguesa.blogspot.com.br/2008/10/hagiografia_17.html> acessado às 19h00 em 30 de outubro de 2015.

propriamente dita em se tratando dos *marginais da vida social*. (MOLLAT, 1989, p. 18)

Em análise ampla, Mollat (1989) afirma que, na realidade, a miséria somente pode ser identificada quando se tratam de critérios e parâmetros morais e sociais. Mollat destaca que para a sociedade, “a pobreza só era concebível como uma condição permanente ou acidental. Os problemas de estrutura não penetravam na carapaça das circunstâncias conjunturais” (MOLLAT, 1989, p. 18).

Percebemos assim que no período medieval a denominação mais recorrente para o fenômeno que aqui estudamos era *mendigo*, sendo constantemente associada a esse conceito a ideia de pobreza. Com o tempo, vários outros termos surgiram, adaptando a conceituação às transformações sociais e formas de enxergar o mundo.

Consideremos que no senso comum até os dias atuais esse termo é largamente usado, inclusive por trabalhadores da Política de Assistência Social em seu dia-a-dia.

Uma das autoras referidas neste Trabalho de Conclusão de Curso que pesquisa o uso do termo *mendigo* é Camila Giorgetti. No livro “Moradores de Rua, uma Questão Social?” Ela faz um comparativo entre as cidades de Paris e São Paulo. Giorgetti é formada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995), tem mestrado em Sociologia pelo Institut D'etudes Politiques de Paris (1997) e doutorado co-tutela em Sociologia pela PUC-SP e Institut d'Études Politiques de Paris (2004).

Giorgetti (2014) adotou em sua pesquisa a expressão *morador de rua*, mesmo admitindo que este termo “deixe a desejar”, pois relata que não encontrou outra expressão que possa substituí-la de maneira adequada. Segundo ela:

O termo *mendigo* nos parece pejorativo, e mesmo em Paris o termo correspondente, *clochard*, é utilizado apenas para fazer referência ao período que antecedeu os *SDF (Sans-Domicile-Fixe)*, isto é, o período dos Trinta Anos Gloriosos. Nos dias de hoje, ele se afasta muito da realidade observada, em que a *população de rua* é composta por desempregados. O termo sem-teto é muito específico e diz respeito, tanto em Paris como em São Paulo, ao movimento organizado de luta por moradia. (GIORGETTI, 2014, p. 20)

A autora relata que o termo *sans-domicile-fixe* abarca, na cidade de Paris, “todas as pessoas que não possuem domicílio fixo e não tem uma moradia do tipo convencional” (GIORGETTI, 2014, p. 20). Segundo a autora o problema dessa conceituação é que em São Paulo existe uma numerosa quantidade de moradias irregulares, as favelas, e as pessoas que nelas habitam não podem estar inseridas na mesma categoria que os *moradores de rua*, que possuem outras especificidades.

Giorgetti explica que em São Paulo criou-se uma forma de conceituação para esse fenômeno que evidencia um caráter de provisoriedade:

(...) pensando em ressaltar o caráter processual da vida nas ruas, criou a expressão *peessoas em situação de rua*, para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se trata de *peessoas de rua*, que não tem outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade. Entretanto, essa definição oferece um outro problema, pois, na verdade, nem em Paris nem em São Paulo, estamos falando de situações concretamente reversíveis. (GIORGETTI, 2014, p. 20)

Giorgetti evidencia que, em seu ponto de vista não existem pesquisas suficientes, em Paris e em São Paulo, para comprovar que as *situações* “nas quais se encontram os *moradores de rua* são reversíveis”. Para a autora:

Não estamos aqui discutindo o potencial transformador dessas pessoas, pois acreditamos que tal característica é inerente à condição humana. Estamos nos referindo às chances reais de sair da rua. Nesse sentido, as pessoas que estão realmente em “*situação de rua*” são poucas, constituindo talvez uma exceção. (GIORGETTI, 2014, p. 20/21)

A autora (GIORGETTI, 2014) justifica a opção pela expressão *moradores de rua* considerando que para ela essa apresenta “menos problema” em se tratando, em seu caso, de um estudo comparativo entre Paris e São Paulo, considerando que os parisienses costumam utilizar os termos “*les gens de la rue*”, “*les gens dans la rue*” para essa definição.

Um dos pontos importantes levantados por Giorgetti (2014) em seu estudo é a reflexão entre os macroprocessos e os microuniversos. Para ela as

experiências de campo que se intensificaram na década de 1990 fizeram com que alguns pesquisadores entendessem que:

(...) os grandes esquemas explicativos generalizantes, que buscavam compreender os “macroprocessos históricos e estruturais”, constituíam uma ferramenta importante para questionar a ordem social, bem como o contexto político e econômico (...) (GIORGETTI, 2014, p. 41).

Porém, para Giorgetti essas pesquisas não conseguiram dar conta das “inúmeras situações do dia-a-dia que se renovavam constantemente, tornando-se cada vez mais complexas” (GIORGETTI, 2014, p. 41), de forma que não consideravam em seus estudos “as sutilezas dos microuniversos, em vez dos modelos abrangentes que determinam a estrutura social” (GIORGETTI, 2014, p. 41).

A autora relata que de forma geral os *mendigos* da época 1990 eram inseridos na categoria chamada por Marx de *lumpemproletariado*. Ramirez analisa em seu artigo esse conceito de Marx da seguinte forma:

O conceito *lumpemproletariado*, cuja tradução do alemão (*lumpenproletariat*) ao português designa o “*homem trapo*”, é apresentado por Marx de modo pejorativo. Seu campo de significação corresponde aos homens localizados em uma fronteira tênue que pouco distingue sujeitos oriundos da decadência burguesa e a escória da classe operária, homens à mercê do álcool, *andarilhos urbanos*, *trapeiros*, *vagabundos sem classe definida* e susceptíveis aos encantos da vida boêmia. (RAMIREZ, 2010, p. 243)

Essa tendência, segundo Giorgetti, “prevaleceu entre os sociólogos brasileiros até muito pouco tempo atrás, mesmo quando o número de *moradores de rua* começou a atingir patamares expressivos” (GIORGETTI, 2014, p. 41/42). Ela ainda destaca que:

Ao proceder dessa maneira, eles conseguiam justificar as distorções do capitalismo, apontando o *lumpen* como o maior exemplo das injustiças do sistema. Não se preocupava, porém, em construir categorias de análise que levassem em conta as especificidades dessa população, contribuindo, assim, para a reflexão sobre suas reais necessidades e para a elaboração

de políticas sociais. Os *moradores de rua* (denominados pelos acadêmicos durante muitos anos de *mendigos*) eram incluídos automaticamente na categoria *lumpen*, que encobria a diversidade dessa população. (GIORGETTI, 2014, p. 42)

Segundo Giorgetti o termo *lumpem* foi durante anos considerado apropriado para categorizar esse fenômeno porque ele “continha o potencial de revelar por si o grau de miséria em que se encontravam às pessoas as quais ele se aplicava, dispensando informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população” (GIORGETTI, 2014, p. 42). Assim, ela entende que esses fatores levaram ao baixo número de estudos e pesquisas sobre esse fenômeno.

Já na década de 1990, Giorgetti (2014) diz que com o “advento da nova pobreza” os sociólogos franceses perceberam a necessidade de questionar as teorias já existentes e também de pesquisar e entender as estruturas do Estado de Bem-Estar. Segundo ela:

Não era apenas a categoria marxista *lumpen*, por exemplo, (largamente utilizada durante os Trinta Anos Gloriosos e o período que o antecedeu) que não dava mais conta da realidade vivida pelos *SDF* (*Sans-Domicile-Fixe*); o estado-Provedor, enquanto instrumento utilizado para corrigir as distorções do capitalismo, foi acusado de não ter respostas adaptadas às novas situações de pobreza. (GIORGETTI, 2014, p. 43)

Outro fato relevante para análise de como esse fenômeno é interpretado na contemporaneidade é que a mendicância até pouco tempo atrás ainda era considerada um crime. Atualmente, a definição legal de vadiagem, apesar de não distinguir-se drasticamente da anterior (Código Imperial), também está contida na Lei das Contravenções Penais, em seu artigo 59, como sendo: "Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita". Embora a mendicância não seja mais considerada crime, este artigo implica pena de prisão (15 dias a 3 meses), e vige atualmente na legislação brasileira, abrangendo os casos revogados. Verifica-se, em sentido contrário à vigência do artigo 59, a revogação do artigo 60 desta lei (no ano de 2009

pela lei nº 11.983) que tipificava a mendicância como crime, expressando uma tendência, relativamente tardia, de descriminalização da mendicância.

Nesse aspecto, no contexto francês, a mendicância deixou de ser considerada como um delito no Código Penal também recentemente, no ano de 1994 (GIORGETTI, 2014). A criminalização da mendicância remonta à postura de entendimento que vimos com Geremek e Mollat em relação ao período medieval, considerando que a mendicância é um estigma carregado historicamente pelas pessoas que vivem nas ruas.

Porém, para Giorgetti, em determinado momento o Estado-Provedor começou a ser “acusado” de não ser capaz de atender às novas configurações das expressões da questão social, assim como a categoria lúpem deixou de expressar a realidade dos *sans-domicile-fixe*, e é nesse contexto que surgem as primeiras análises sobre os *sans-domicile-fixe*, descobrindo vários aspectos sobre essa questão. A autora destaca alguns desses estudos e seus pesquisadores relatando que:

O psicólogo Declerck (1986) conseguiu desmistificar alguns preconceitos veiculados na sociedade francesa realizando várias pesquisas que comprovaram a hipótese sustentada por ele, segundo a qual a maioria dos *moradores de rua* de Paris não bebe e muitos tem noções de higiene. Ao descrever as diversas formas de abordagem utilizadas pelos *moradores de rua* para pedir dinheiro aos transeuntes, Pichon (1992) faz um estudo antropológico sobre os grupos de *SDF* das ruas de Paris, mostrando como se relacionam com a cidade. O mais famoso dessa série é o livro de Gaboriau (1993), que conviveu dois anos com um grupo de *clochards* parisienses do XVI^{ème} arrondissement. Trata-se de um outro estudo antropológico que captou o cotidiano dos *moradores de rua* presentes nesse bairro.

Soulier (1997), por sua vez, realizou um estudo sobre as falhas da rede de proteção social parisiense, com ênfase no trabalho das associações que lidam com *moradores de rua*. A primeira falha (e mais importante) por ele apontada é o fato de que toda pessoa que postule uma ajuda governamental deva estar munida de um documento que comprove sua residência em Paris há ao menos um mês. Esse critério baseado no domicílio exclui, de cara, as pessoas *sans-domicile-fixe*.

A obra de Vexliard, *Introduction à la sociologie du vagabondage* (1997), é um importante aporte que não deve ser negligenciado. Retraça a história da

vagabundagem e da mendicância da Antiguidade até os dias atuais, descrevendo os diversos modos de repressão – o chicote, o encarceramento, a tortura e a pena de morte -, bem como as formas de assistencialismo que vigoram desde a Idade Média, na sociedade francesa. Ao descrever sua tese, *La question des SDF: ciblage et bricolages* (2001), Damon se dedica ao estudo dos processos seletivos que orientam a constituição do público-alvo (ciblage) das políticas sociais implementadas pelo Estado-Providor na França e do consequente processo de bricolagem desenvolvido pelos beneficiários dessas políticas ou pelos atores incumbidos de viabilizá-las. (GIORGETTI, 2014, p. 43/44)

Com esses autores destacados por Giorgetti (2014) observamos como a temática é ampla e possui vários aspectos que são necessários que sejam analisados, desde a desmistificação de preconceitos até as falhas das políticas de atenção à esse público, principalmente considerando uma perspectiva histórica de entendimento, que é fundamental para o trabalho com esse fenômeno.

Ainda sobre o termo *morador de rua* Pousa Júnior (2011) conceitua esse fenômeno em seu artigo sobre “Políticas Públicas para Inclusão Social dos Moradores em Situação de Rua” utilizando as expressões *moradores em situação de rua* e *população em situação de rua*, voltando à questão da transitoriedade da expressão *situação* da qual falamos anteriormente. Efren Fernandez Pousa Junior é um pesquisador da área do Direito, tendo se especializado nas áreas do Direito Político e Econômico, Direito Penal e Direito Processual Civil. Para ele é possível notar que a conceituação desse fenômeno se encontra envolta de muitas interpretações e que algumas inclusive podem ser preconceituosas e não corresponder à realidade concreta da experiência de *morar nas ruas*.

Ele ainda afirma que, em âmbito internacional a Organização das Nações Unidas (ONU) conceitua a “*população em situação de rua*” através de dois termos. O primeiro, *shelterless*, são os “desabrigados”, que são as pessoas que acabam indo viver na rua pelo fato de não terem uma residência física, relacionando essa situação à falta de domicílio devido a tragédias, guerras e desemprego em massa. O segundo termo é o *homeless*, que seriam os que vivem nas ruas e não se enquadram na caracterização de desabrigados (*shelterless*).

Pousa Júnior (2011) ressalta que o Brasil, sendo um país com grande contraste é prejudicado quando busca uma conclusão genérica para delimitar a

caracterização dos “*moradores em situação de rua*” e as diferenças destes e dos que são considerados “moradores de baixa renda com carências habitacionais”.

Ele cita a professora Delma Neves, que estuda esse fenômeno social como “forma de reprodução social dos trabalhadores e conclui que é uma ‘alternativa de vida’ para estes” (Pousa Júnior, 2011), para demonstrar que de 1970 à 1980 o termo *mendigo* ainda era designado para identificar as pessoas que viviam nas ruas, porém havia uma análise e diferenciação particular, pois:

O público, em geral, o distinguia do ‘*pedinte*’, sendo aquele a pessoa que perdeu certos atributos sociais (família e casa), sobrevivia nas ruas, não trabalhava e apresentava-se sujo e maltrapilho, enquanto este possuía atributos sociais, mas tinha dificuldade para sobreviver e dependia da ajuda de terceiros. (Pousa Júnior, 2011)

Ou seja, observamos que assim como na Idade Média costuma-se ainda nos dias atuais a se fazer uma distinção moral entre as pessoas que vivem na rua e as pessoas que praticam a mendicância como forma de sobrevivência e possuem residência, mesmo que precária. Importante ressaltar o fato de que nem todas as pessoas que praticam a mendicância vivem nas ruas.

Já Silva (2009) caracteriza esse fenômeno como multideterminado. Maria Lúcia Lopes da Silva é assistente social formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Mestre e Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), na qual é professora adjunta e atua na Graduação e Pós-Graduação em Política Social. Segundo ela:

Sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais na Europa, no contexto da “acumulação primitiva”, caracterizada por Marx (1988) como a violenta desapropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, sem completa absorção pela indústria nascente, originando o pauperismo, que se generalizou na Europa Ocidental, ao final do século XVIII. (SILVA, 2009, p. 91)

Para ela na contemporaneidade o capitalismo gera através da acumulação do capital e da produção e reprodução das relações sociais uma “superpopulação relativa”, o exército de reserva, que regula a oferta e a procura de

trabalho, assim como os salários, conforme a necessidade de desenvolvimento e expansão desse modo de produção. As pessoas que vivem nas ruas seriam nesta lógica parte desse exército de reserva. Vemos aqui novamente o conceito de lumpemproletariado, que para Silva é uma parcela da classe trabalhadora que vive no pauperismo e que possui condições para a venda da força de trabalho porém não encontra colocação no mercado de trabalho e portanto não trabalha, “ou, no máximo à superpopulação relativa estagnada”. (2010, p. 10)

1.2 Contexto contemporâneo – expressão radical da questão social

Podemos perceber através do percurso histórico que fizemos como as formas de conceituação desse fenômeno ainda estão presentes na contemporaneidade, persistindo ao passar dos séculos. Expressões como as que vimos carregam caráter pejorativo em vários sentidos.

Nesta etapa, dialogaremos principalmente com as autoras Marilda Vilela Iamamoto (2012, 2015), Maria Lúcia Lopes da Silva (2009 e 2010), Camila Potyara Pereira (2008) e Bader Sawaia (2001) para entender por que o fenômeno das pessoas que vivem nas ruas é uma expressão radical da questão social e como ele se configura na contemporaneidade e também discutir a questão dos conceitos de exclusão e inclusão.

Percebemos que o fenômeno que aqui estudamos é anterior ao modo de produção capitalista, visto que Mollat (1989) trouxe referências do século V sobre essa temática. Assim como também é notório que as pessoas que vivem nas ruas são recorrentemente associadas à pobreza, como imagem e representação dela. Segundo Pereira:

A pobreza é tão antiga quanto os primeiros tipos históricos de sociedade que, obviamente, antecedem as formações sociais capitalistas. E tão longevas quanto ela, são as tentativas de controlá-la, antes mesmo de compreendê-la como um fenômeno social concreto, produzido socialmente, e por isso, passível de interpretação científica. (PEREIRA, 2008, p. 19)

A partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista a pobreza assume novas configurações para atender às necessidades do sistema e, da divisão da sociedade em classes sociais, surge a questão social. Destacando o papel fundamental do Estado para a reprodução da sociedade de classes e das relações de produção, controlando as classes dominadas através, principalmente, da repressão (Iamamoto, 2015).

Consideramos aqui a questão social a partir de Iamamoto e Carvalho (1983) como produto da contradição entre o proletariado e a burguesia a partir do processo de formação e desenvolvimento da classe operária, considerando que esse processo de ingresso da classe operária no cenário político da sociedade culminou na exigência de seu reconhecimento por parte do empresariado e do Estado, assim sendo, passa a exigir outros tipos de intervenção para além da caridade e da repressão.

Sobre a sociedade capitalista contemporânea (financeirização do capital/capital fetiche), Iamamoto destaca que a questão social:

Se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) -, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital. (IAMAMOTO, 2015, p. 126)

O fenômeno estudado por nós neste Trabalho de Conclusão de Curso é considerado por Silva (2010) como uma expressão radical da questão social, por abarcar em si numerosas violações de direitos sociais e humanos. As pessoas que vivem nas ruas são a materialização de um fenômeno, que é global e intrinsecamente urbano. Para a autora:

A origem e reprodução do fenômeno *população em situação de rua* vinculadas aos processos inerentes à acumulação do capital constitui o principal argumento em sua caracterização como uma expressão da questão social. Além disso, a superpopulação relativa, que abriga a

população em situação de rua é um instrumento de controle do capital sobre o trabalho, ao mesmo tempo, em que é um fator que impulsiona a reação do trabalho às exigências do capital. (SILVA, 2010, p.6)

No contexto brasileiro, a autora (SILVA, 2010) destaca que a década de 1980 é um período importante para analisarmos e entendermos a configuração contemporânea deste fenômeno no país, pois foi neste período que se deu início a reestruturação produtiva no Brasil, em meio a um cenário mundial de instabilidade econômica, quando se buscava a ampliação da capacidade de competição do país com as empresas internacionais. Para a autora, foi em 1995 que o Brasil aderiu às políticas neoliberais, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Por consequência houve uma regressão nos direitos trabalhistas e previdenciários. Medidas como a privatização de empresas estatais, Programas de Demissão Voluntária – PDV's e limitação do investimento fiscal na proteção social, foram algumas das ações que enfraqueceram os direitos da classe trabalhadora. Silva ainda destaca que:

O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário, a queda na renda média real, a desregulamentação dos direitos sociais, a inibição de investimentos em políticas sociais, o arrefecimento das lutas sindicais implicaram a expansão de uma superpopulação relativa e o aprofundamento das desigualdades sociais e elevação dos níveis de pobreza no Brasil. Nesse contexto, o fenômeno *população em situação de rua* expandiu-se e ganhou maior visibilidade. (SILVA, 2010, p.5)

Silva (2010) salienta que esse fenômeno é uma expressão radical da questão social e que essa forma de análise está ligada à “estratégias para o seu enfrentamento que inclui o chamamento à responsabilidade do Estado na mediação entre as classes sociais, por meio do desenvolvimento de políticas públicas” (SILVA, 2010, p. 6). Segundo a autora a naturalização das expressões da questão social leva à desresponsabilização da sociedade de classes pela produção de desigualdades sociais, o que “conduz a estratégias de enfrentamento fragmentadas e repressivas” assim como “à responsabilização dos indivíduos pelos seus problemas” (SILVA, 2010, p. 6).

Além desse aspecto, a autora ainda pontua outros que considera importantes para análise desse fenômeno. Alguns destes são a fixação em centros urbanos, o preconceito e a discriminação e as múltiplas determinações, sendo o último, para a autora, sua primeira especificidade:

As múltiplas determinações constituem o primeiro aspecto característico desse fenômeno. É comum alusões de pesquisadores e estudiosos aos fatos estruturais (inexistência de moradia, trabalho, renda, entre outros), aos fatores biográficos, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimentos de vínculos familiares, adversidades pessoais – fuga do país de origem e outros) e, ainda, aos fatos da natureza ou desastres de massas – terremotos, inundações, etc. Os fatores mais referidos pela literatura são as rupturas dos vínculos afetivos, a inexistência de trabalho regular, a ausência de renda e as situações de desabrigo. Assim, o fenômeno não se explica a partir de um único determinante, embora, existam fatores que se destacam no conjunto de suas determinações, como as causas estruturais vinculadas à estrutura da sociedade capitalista e aos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa. (SILVA, 2010, p.6)

Sobre a ligação com os grandes centros urbanos, Silva cita Bursztyn para exemplificar que é esse aspecto um dos mais antigos em relação às pessoas que vivem nas ruas, pois “viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo” (BURSZTYN apud SILVA, 2010, p. 7) Devemos considerar que esse aspecto se efetiva principalmente por conta da questão econômica, pois o capital circula com maior intensidade nas cidades e “com isso, as alternativas de trabalho para garantir a subsistência diária são maiores, inclusive de trabalho que geram renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados” (SILVA, 2010, p. 7). A autora ainda exemplifica que:

A rede de serviços e arquitetura urbanas reforçam esta característica. As cidades são dotadas de infraestrutura mais adequada para que as *pessoas em situação de rua* tenham atendidas suas necessidades de alimentação, abrigo, higiene pessoal, saúde, etc. Nos centros urbanos existem instituições públicas e de caráter filantrópico que fornecem serviços para

esse público e a arquitetura é rica em marquises de prédios, praças, fontes, viadutos, que favorecem o abrigo. (SILVA, 2010, p. 7)

Já sobre o preconceito e a discriminação, Silva afirma que durante toda a história as *peessoas em situação de rua* sofreram discriminação e preconceito e usa como exemplo algumas das formas usadas para conceituar o fenômeno, como “*mendigos*”, “*vadios*”, “*vagabundos*” e “*maloqueiros*” (SILVA, 2010). Para a autora a tendência à naturalização da questão social é forte, “desconectando suas expressões de sua origem”, que é a relação de exploração entre capital e trabalho, classe burguesa e classe trabalhadora, no modo de produção capitalista. Por tanto, é importante salientar a não-naturalização da questão social e suas expressões.

A rua enquanto modo de vida é anterior ao capitalismo, mas foi por ele apropriada para atender a seus interesses e garantir a reprodução das relações sociais, por tanto, configura-se como expressão da questão social no modo de produção capitalista:

Atribuir visibilidade aos fios intransparentes supra-assinalados, que tecem a totalidade do processo de mundialização, é da maior importância para compreender a gênese da (re)produção da questão social, que se esconde por detrás de suas múltiplas expressões específicas, que condensam uma unidade de diversidades. Aquelas expressões aparecem sob a forma de “fragmentos” e “diferenciações”, independentes entre si, traduzidas em autônomas “questões sociais”. (IAMAMOTO, 2015, p. 114)

O fenômeno das pessoas que vivem nas ruas é comumente explicado pela ideia de exclusão. Para alguns autores esse termo pode ser explicado sob diferentes perspectivas. Para Sawaia:

A sociedade exclui para incluir e está transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2001, p. 8)

Sawaia (2001, p. 107/108/109) destaca algumas das formas de conceituar a *exclusão*, como por exemplo o conceito de “participação excludente” de Maria Alice Foracchi, “inclusão perversa ou marginal” e “exclusão interativa” de José de Souza Martins e o de “inclusão forçada” de Virgínia Fontes. Também aborda Foucault para a discussão sobre *exclusão* destacando que suas reflexões são referência para o entendimento da “*exclusão* como processo dialético de inclusão”, pois o autor afirma que a *inclusão social* é um processo de controle social e reprodução da desigualdade social, sendo a *inclusão social* uma forma de disciplinação dos *excluídos*. Para a autora “dessa forma, ele insere a *exclusão* na luta pelo poder”. Porém, é a concepção marxista acerca do “papel fundamental da miséria e da servidão” para continuidade do modo de produção capitalista que, para ela, forma a ideia principal deste movimento dialético:

A ideia de que a sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital. Nessa concepção a *exclusão* perde a ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é no movimento de reconstituição sem cessar de formas de desigualdade, como o processo de mercantilização das coisas e dos homens e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada. (SAWAIA, 2001, p. 108)

A *exclusão social*, segundo Pereira (2008), é um termo que vem sendo utilizado na contemporaneidade como um sinônimo do conceito de pobreza, que também é um conceito constantemente associado às pessoas que vivem nas ruas. Mas, a autora afirma que essa associação está equivocada, pois para Pereira o pobre não necessariamente é *excluído*, assim como o *excluído* não é necessariamente pobre:

Segundo Alcock (1997, p.6), *exclusão social* refere-se a situações de privação e desvantagem, mas não se limita à privação material. Pode-se ser *excluído* sem ser pobre. Os idosos, as pessoas com deficiência, os negros, as mulheres e outras minorias sociais são, em muitas circunstâncias, *excluídos* da participação efetiva na sociedade a qual pertencem sem, no entanto, serem necessariamente pobres. Da mesma forma, pode haver pobreza sem *exclusão*. (PEREIRA, 2008, p. 23)

Quanto a pobreza sem *exclusão*, Pereira cita Robert Castel (1998) para explicitar que a *exclusão social* representa “uma situação extrema de ruptura tanto nas relações familiares e afetivas, como com o mercado de trabalho e com possibilidades de socialização” (CASTEL apud PEREIRA, 2008, p. 24). Porém, ao mesmo tempo assume que é difícil a união de todos esses fatores na mesma situação, e então considera que “exclusão não é uma ausência de relações (...) Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas” (CASTEL apud PEREIRA, 2008, p. 24).

Há ainda um outro significado para o termo *exclusão social* importante de ser ressaltado, que é o que entende os pobres como *excluídos* da sociedade. Para Pereira:

Neste aspecto, a análise de Novak (apud ALCOCK, 1997, p.42) representa uma abordagem crítica instigante. Segundo ele, para que o sistema capitalista, assentado no trabalho assalariado, funcione devidamente, faz-se necessária a existência da pobreza. É usando a pobreza como uma ameaça constante que o sistema disciplina e obriga os indivíduos a recorrerem incondicionalmente ao mercado de trabalho. E é através da exploração e da miséria dos mais pobres que o capital se reproduz. Assim, os pobres não são *excluídos* do sistema como um todo; não se localizam fora dele, mas na sua margem. (PEREIRA, 2008, p. 24)

Entendemos essa como uma das funções desse fenômeno para a reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista, a função ideológica. Culturalmente a imagem das pessoas que vivem nas ruas é tida de maneira constante como aquilo que não devemos querer ser, representa o contrário da propriedade privada, da chamada ascensão social, que são questões que movem o sistema.

Como vimos, a Política Nacional os denomina por *população em situação de rua* e, frequentemente, no universo cotidiano dos serviços socioassistenciais para atendimento desse público eles são formalmente chamados de *pessoas em situação de rua*, porém, informalmente nesses espaços ainda são fortes os termos *morador de rua* e *mendigo*.

A acepção do conceito de *pessoa em situação de rua* abarca uma ideia de temporariedade, como se essa não pudesse ser uma condição permanente ou de escolha do indivíduo. Para elucidar a ótica determinista dessa expressão, podemos exemplificar algumas colocações recorrentemente empregadas no cotidiano: Quando referimo-nos a pessoas que vivem em locais alugados, não se fala em "pessoa em situação de aluguel", ou mesmo quando se trata de um cortiço, "pessoas em situação de cortiço". Ainda nesse sentido percebe-se que a palavra "situação" transmite a ideia de ação ou efeito de estar situado, como fato provisório ou passageiro. Ocorre que dentro dessa ótica, entender a questão desses casos como algo provisório ou permanente coloca a intenção da pessoa, requisito fundamental para entender os casos, em segundo plano, fazendo crescer uma classificação equivocada, sob prerrogativa de soluções.

Antes, começou-se a usar a expressão *população em situação de rua*, termo que ficou evidenciado na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, de 2008, e no Decreto 7.053, de 2009, que a instituiu, sendo essa a forma do âmbito Político de explicar e intervir nesse fenômeno. Entendemos que este é um termo segregador, pois falar em população dá ideia de algo à parte, separado e fragmentado em relação à sociedade, à população que possui residência para viver, traz em si a ideia de *exclusão social*, o que fica evidenciado pelas palavras "Inclusão Social", que estão no título da Política Pública. Ou seja, propõe uma suposta inclusão à sociedade, e não a garantia de direitos inerente à condição humana.

A história mostra que a presença de pessoas vivendo na rua é anterior ao modo de produção capitalista, porém, avaliamos que o capitalismo se apropria desse fenômeno e o radicaliza, sendo então a vida na rua uma expressão da questão social. Para além de um entendimento fatalista, se trata de uma questão estrutural e também de exercício de autonomia relativa e trajetória de vida do indivíduo. Enquanto se entende que viver na rua é consequência de um colegiado de situações também se deve considerar que pode tratar-se do desejo voluntário de adotar essa forma de viver, possivelmente por eles interpretada como um meio para evidenciar um sentimento de protesto, como forma de resistência, salientando que ambas as possibilidades estão ligadas a uma questão estrutural do modo de produção e reprodução das relações sociais em que vivemos.

Defendemos aqui, considerando as reflexões feitas ao longo do processo de trabalho, pesquisa e estudo desenvolvido, como forma de denominação, a nosso ver mais coerente com as questões que incidem nessa temática, a expressão “pessoas que vivem nas ruas”.

Chamar de “pessoas” retira o caráter segmentado que o termo *população* traz, como se esse fenômeno fosse algo à parte, pois, efetivamente, falamos de população brasileira e toda a sua heterogeneidade, e o recorte que se faz é de pessoas que por variadas determinações não possuem residência socialmente considerada formal para viver e por tanto possuem especificidades que não as descaracterizam como parte da população brasileira.

Utilizamos a expressão “vivem” para evidenciar que viver na rua abarca tanto a possibilidade de que a pessoa viva temporariamente na rua como também de que ela viva sua vida na rua de forma integral ou majoritária, contendo também tanto a ideia de escolha quanto a de uma questão estrutural.

Inclusive a ideia de *exclusão social* é combatida, pois não utilizamos o termo *inclusão* quando nos referimos ao cumprimento do papel das políticas sociais para com o ser humano, independentemente deste viver ou não na rua.

As pessoas que vivem nas ruas fazem parte da sociedade, inclusive produtivamente. Se pensarmos que uma das formas mais destacadas de trabalho das pessoas que vivem nas ruas é a de catador de materiais recicláveis, podemos exemplificar uma forma de movimentação econômica, pois, os materiais por eles coletados são vendidos para usinas de reciclagem, que por sua vez, contratam pessoas para nelas trabalharem e o produto destas usinas é vendido para fábricas que usarão esse material, e empregarão mais pessoas para trabalhar, e assim sucessivamente. Logo, há efetivamente a participação no processo produtivo.

Entendemos, portanto, que as pessoas que vivem nas ruas são também uma engrenagem no modo de produção capitalista, por ele apropriada para garantir a continuidade do sistema e produção/reprodução das relações sociais.

1.3 Pessoas que vivem nas ruas de Santos

Consideramos importante situar nosso objeto de estudo na realidade local, pois neste trabalho de conclusão de curso falamos de um fenômeno complexo que é, também, marcado pela territorialidade. Segundo Escorel (2000) é correto dizer que:

O espaço urbano interfere significativamente nos grupos que se formam na rua – nos tipos de agrupamento, nas possibilidades de fixação, nas atividades de subsistência que podem ser realizadas, - e, em contrapartida os *moradores de rua* marcam o tecido urbano (ESCOREL, 2000, apud SILVA, 2009, p.121).

Por tanto, há a necessidade de se analisar, mesmo que brevemente, o contexto da cidade de Santos e os dados disponíveis sobre as pessoas que vivem nas ruas nessa cidade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cidade de Santos possui em 2015 cerca de 433.966 habitantes.

Em 2010, o IBGE realizou seu censo demográfico e constatou que Santos possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,84, considerado IDHM muito alto, sendo o 6º melhor IDHM do país e o 3º melhor do estado de São Paulo⁶ entre 5.565 municípios. Devemos destacar que o IDH é um índice composto e que possui restrições.

Vale destacar que apesar do IDHM ser considerado alto, Santos é uma cidade que possui grande desigualdade social, considerando a região da Zona Noroeste que contém uma área de palafitas, os Morros, a região do Centro e bairros próximos que formam um claro contraste com os bairros mais próximos da orla da praia, como Gonzaga, Embaré e Pompéia.

Além do mais, as pessoas que vivem nas ruas não são contabilizadas nos censos do IBGE por questão de ausência de moradia regular convencional. Portanto, as cidades costumam contratar empresas para realizar censos periódicos sobre eles.

⁶ <http://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/60417/santos-tem-o-6-melhor-ndice-de-desenvolvimento-humano-do-pa-s> acessado às 17h34 de 14 de novembro de 2015

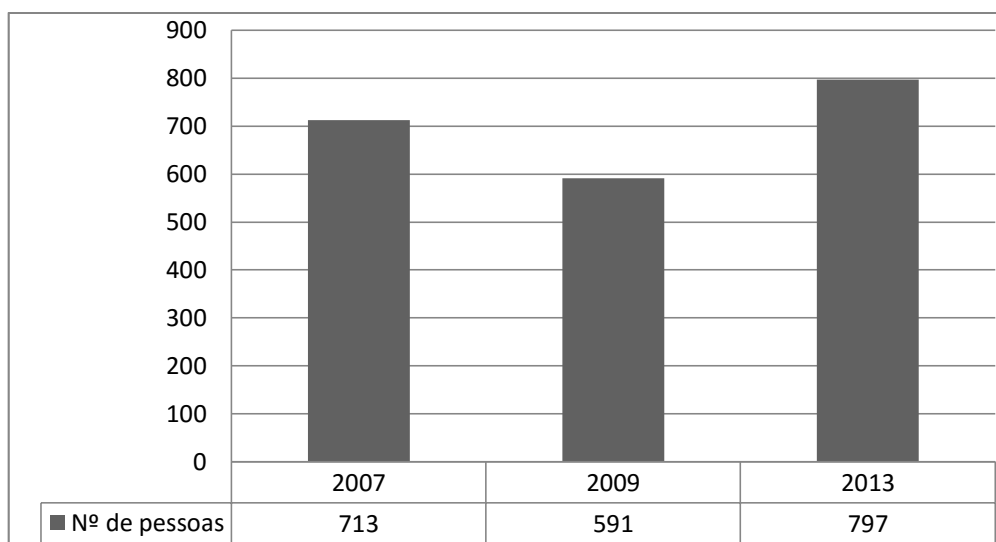
Em relação às pessoas que vivem nas ruas, de acordo com a FIPE, em Santos já ocorreram três censos específicos. O primeiro censo em 2007, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que efetuou a pesquisa em 71 municípios do Brasil. Nesta pesquisa, foram identificadas em Santos 713 pessoas vivendo na rua, sendo deste número 658 encontradas na rua e as outras 55 pessoas em instituições.

O segundo censo foi realizado pela SEAS/PMS em 2009, e contabilizou 507 pessoas vivendo nas ruas, sendo 388 encontradas na rua e 119 nas instituições.

Já o terceiro censo foi o realizado pela própria FIPE em 2013, quando foram contadas 591 pessoas nas ruas da cidade e 206 em instituições, totalizando 797 pessoas vivendo nas ruas em Santos na noite de 23 de Outubro de 2013, data em que o censo ocorreu (FIPE, 2014, p. 19).

De acordo com esses dados, podemos observar um crescimento em relação às vagas em instituições de acolhimento de Santos ou o aumento da ocupação das vagas existentes e, se compararmos que em 2007 o censo contabilizou 713 pessoas nas ruas de Santos e em 2013 foram contabilizadas 797, entendemos que não houve um aumento considerável no número de pessoas vivendo nas ruas na cidade.

Gráfico 1 - Pessoas Vivendo nas Ruas de Santos



Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014.

Elaboração: Juliana Laffront.

Façamos então, a partir das informações deste último censo, uma breve reflexão sobre a caracterização de quem vive nas ruas em Santos.

Para nortear a pesquisa, a FIPE se orientou por dois questionamentos principais, sendo eles: quantas pessoas encontravam-se em *situação de rua* em Santos no momento da realização do censo e qual a sua distribuição espacial na cidade. Para tanto, Santos foi dividida pela FIPE e pela Secretaria de Assistência Social (SEAS), em nove áreas censitárias, destacando que a zona noroeste, e os morros não foram incluídos neste censo porque, na época, foi considerado pequeno o número de pessoas vivendo nas ruas nessas áreas.

Cada uma dessas áreas era formada por dois ou três bairros, sendo elas:

Quadro 1 – Áreas censitárias

Centro I	Centro, Valongo e Paquetá;
Centro II	Vila Nova e Vila Mathias;
Área Intermediária	Vila Belmiro, Campo Grande, Encruzilhada;
Área Mista	Jabaquara, Marapé e José Menino;
Porto Macuco	Macuco e Estuário
Orla Marítima I	Pompéia e Gonzaga;
Orla Marítima II	Boqueirão e Embaré;
Orla Marítima III	Aparecida e Ponta da Praia;
Noroeste	Santa Maria, Bom Retiro, Rádio Clube, Castelo, Areia Branca, São Jorge, Caneleira e Saboó;

Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014.

Elaboração: Juliana Laffront.

Como definição de *população em situação de rua*, foi adotado pela FIPE no censo o seguinte conceito, extraído do livro *População de Rua*: que é, como vive e como é vista, de Vieira, Bezerra e Rosa:

Considerou-se população de rua o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto – em locais abandonados, terrenos baldios, mocós e carcaça de veículos. Também são moradores de rua aqueles que pernoitam em abrigos públicos ou de entidades sociais (VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 1994 p.14, apud FIPE, 2014, p. 12).

Por tanto, as pessoas que estavam no momento da realização do censo acolhidas nos acolhimentos e abrigos da SEAS foram consideradas também em *situação de rua*. No relatório, são chamados de “centros de acolhida”, sendo eles as seguintes instituições: Seabrigo-AIF, Seacolhe-AIF, Albergue Noturno, Cristolândia e Casa do Higino. Considerando, também, que as informações coletadas no censo são referentes ao cenário de uma noite nas ruas de Santos:

Os números referem-se à situação na noite em que foi realizado o recenseamento e resultam de um levantamento que, na literatura sobre levantamento censitário dessa população se denomina ‘point prevalence’. Ou seja, mensura a população e suas características em um dado instante, sem captar variações que podem ocorrer ao longo do tempo. (FIPE, 2014, p. 36)

Destacamos essa questão para lembrar que esse quadro não é estático. O número de pessoas vivendo nas ruas se modifica com o passar dos dias, dos meses, não sendo uma realidade constante.

Segundo o relatório da FIPE (2014, p.15/16) sobre o censo de 2013, estes serviços funcionavam da seguinte forma na época do censo:

Quadro 2 – Serviços de Acolhimento de Santos em 2013

Seacolhe-AIF (Seção de Acolhimento Adulto, Idoso e Família)	50 vagas fixas (20 para mulheres e 30 para homens) e 43 vagas rotativas.	Não aceitam famílias nem crianças.
Seabrigo-AIF (Seção de Abrigo Adulto, Idoso e Família)	28 vagas	Aceitando famílias com crianças, adultos, idosos e adolescentes.
Albergue Noturno	60 vagas	40 para homens e 20 para mulheres e crianças
Missão Batista Cristolândia	20 vagas masculinas	Atendimento a pessoas em situação de rua ou que embora tenham moradia, enfrentam dificuldades de convivência familiar. Os acolhidos recebem moradia, alimentação, roupas e medicação, quando necessário.

Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014.

Elaboração: Juliana Laffront.

A Seacolhe-AIF e a Seabrigo-AIF destinam-se a atender as pessoas que vivem nas ruas em dois níveis de vinculação, sendo o primeiro um equipamento considerado “casa de passagem”, tendo maior rotatividade em relação ao segundo. Ambos definem uma média de tempo para a permanência no serviço, configurando a ideia de transitoriedade das instituições. Em geral, esse tempo varia entre 3 e 6 meses, permitindo maior permanência de acordo com cada caso.

O Albergue Noturno apresenta características análogas, atendendo às pessoas até que tenham condições de encontrar um lugar para morar. A média de permanência atual é de 3 meses.

Considerando que esse fenômeno é também marcado pelas migrações é importante analisar o tempo de permanência e fixação na cidade:

Quadro 3 – Tempo de Permanência em Santos – Moradores

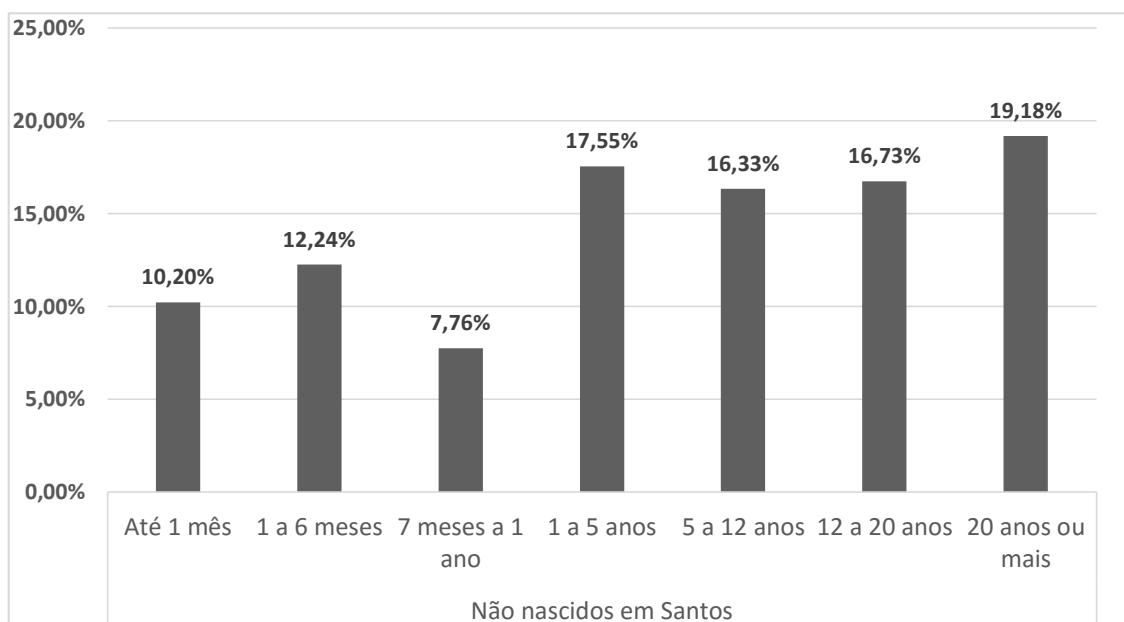
Tempo	Frequência	%	% casos válidos	% acumulada
Até 1 mês	25	4,2	10,2	10,2
1 a 6 meses	30	5,1	12,2	22,4
7 meses a 1 ano	19	3,2	7,8	30,2
1 a 5 anos	43	7,3	17,6	47,8
5 a 12 anos	40	6,8	16,3	64,1
12 a 20 anos	41	6,9	16,7	80,8
20 anos ou mais	47	8,0	19,2	100
Não se aplica	98	16,6		
Não se aplica	248	42		
Total	591	100		

Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014. P. 60

Há uma constante preocupação por parte do município em relação ao tempo que a pessoa que vive na rua está na cidade. Costuma-se considerar munícipe quem vive no município há mais de um ano. Quando a pessoa não é da cidade é estimulado o retorno ao convívio familiar e comunitário. Há também a questão de que pelo fato de Santos ofertar serviços socioassistenciais para as pessoas que vivem nas ruas e um considerável número de vagas em acolhimentos e atendimentos em relação a municípios vizinhos, acaba por ser um atrativo e, conseqüentemente, pessoas saem de cidades vizinhas para conseguir atendimento em Santos.

A partir deste quadro verifica-se que a maior parte das pessoas que vivem nas ruas (vindas de outras cidades) encontram-se há mais de 5 anos em Santos, de acordo com o censo da FIPE:

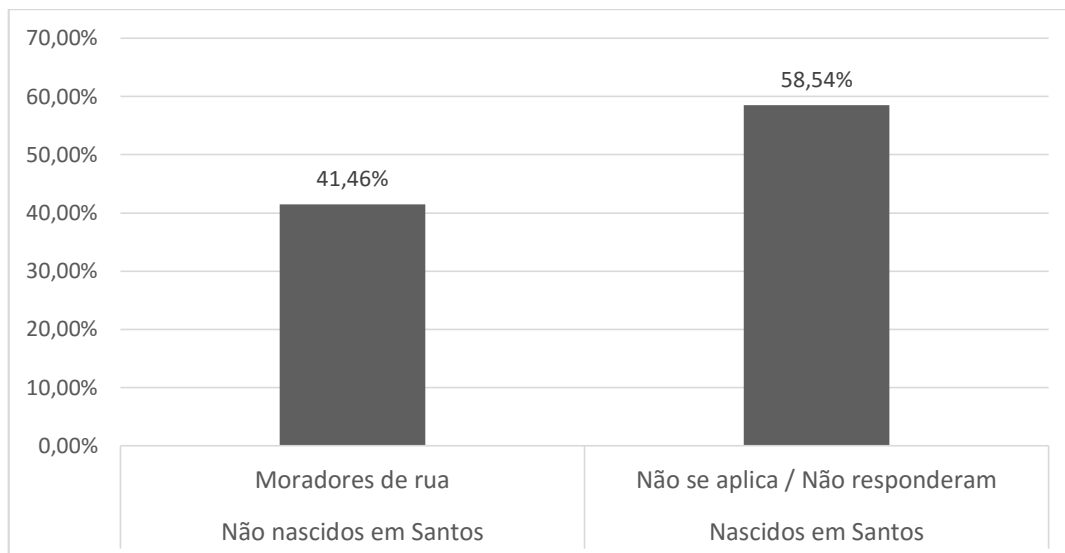
Gráfico 2 – Tempo de Permanência na Cidade – Não Nascidos em Santos



Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014. P. 60

Elaboração: Juliana Laffront.

Acima, utilizando-se os dados do Quadro 3, o gráfico foi disposto em ordem crescente de tempo. Dessa forma podemos observar que nesta divisão a maior parte das pessoas que vivem nas ruas estão na cidade há mais de 20 anos. Porém, se somarmos os que vivem em Santos há menos de 1 ano, chegamos ao número de 30,2%, que é um contingente considerável em relação ao todo.

Gráfico 3 – Nascidos em Santos

Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014. P. 60

Elaboração: Juliana Laffront.

A quantidade de pessoas vivendo nas ruas é definida pela pesquisa supracitada, no entanto não é clara a quantidade de pessoas vivendo nas ruas que são nascidas em Santos, vez que parte das abordagens resultou em não aplicação e parte não respondeu ao questionamento, portanto registra-se que é, a priori, equilibrada a quantidade de pessoas vivendo nas ruas nascidas em Santos e àquelas vindas de outros municípios.

Outro aspecto interessante para análise é o consumo de álcool e outras drogas pelas pessoas que vivem nas ruas, considerando que existem estudos que abordam essa temática, como a tese de Walter Varanda, onde ele afirma que:

A trajetória para a *situação de rua*, na vida de cada um, é um processo complexo que comumente envolve o uso de bebidas alcoólicas antes, durante ou depois do movimento para as ruas, entre a maioria da *população de rua*. (VARANDA, 2009, p. 2)

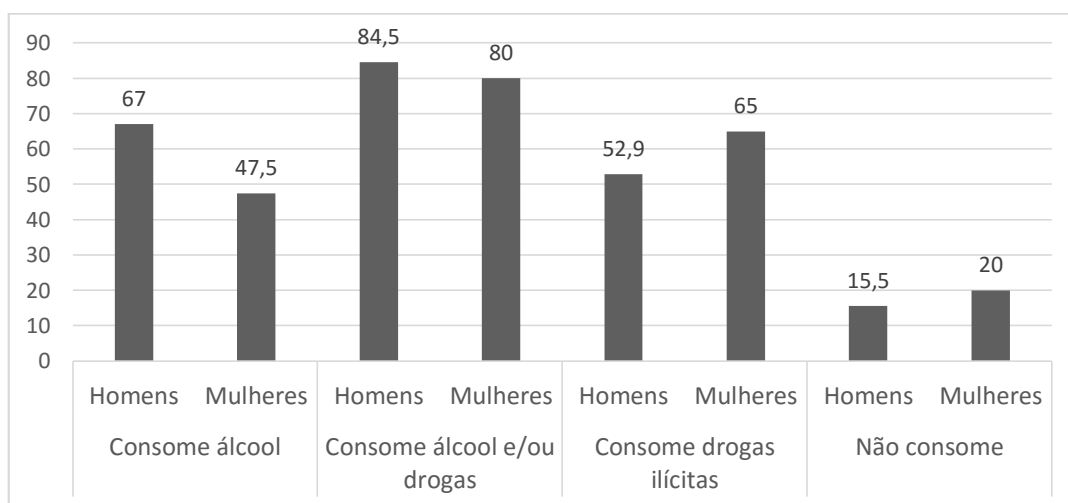
Quadro 4 – Uso de Álcool e/ou Drogas por Sexo

Consumo	Sexo	
	Masculino	Feminino
Não consome	15,5	20,0
Consome álcool e/ou drogas	84,5	80,0
Consome álcool	67,0	47,5
Consome drogas ilícitas	52,9	65,0
Total*	297	40

*Considerados casos válidos e excluídos 7 casos sem informação sobre sexo

Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014. P. 75

Ao atentar para a questão de gênero, observando o quadro acima, notamos que, apesar dos homens consumirem mais bebidas alcoólicas, as mulheres lideram o consumo de drogas ilícitas, porém ao considerarmos ambas as substâncias, os homens ainda destacam-se por consumir, em sua maioria, mais drogas e bebidas que as mulheres, conforme elucida o gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Consumo de álcool e outras drogas

Fonte: Relatório do censo sobre *população em situação de rua* da FIPE – 2014. P. 60

Elaboração: Juliana Laffront.

Esta breve análise acerca do perfil das pessoas que vivem nas ruas no município de Santos nos permite, assim, visualizar características dos acolhimentos da cidade existentes na época do referido censo (2013), a quantidade média de pessoas vivendo na rua, tempo médio de permanência na cidade e consumo de álcool e drogas ilícitas por esse público, assim como algumas características do município de Santos.

Capítulo II

*Sobe no palco o cantor engajado
Tom Zé, que vai defender a
classe operária, salvar a classe
operária e cantar o que é bom
para a classe operária.*

*Nenhum operário foi consultado,
não há nenhum operário no
palco talvez nem mesmo na
plateia, mas Tom Zé sabe o que
é bom para os operários.*

*Os operários que se calem, que
procurem seu lugar, com sua
ignorância, porque Tom Zé e
seus amigos estão falando do
dia que virá e na felicidade dos
operários.*

*Se continuarem assim, todos os
operários vão ser demitidos,
talvez até presos, porque ficam
atrapalhando Tom Zé e o seu*

*público, que estão cuidando do
paraíso da classe operária.*

*Distante e bondoso, Deus cuida
de suas ovelhas, mesmo que
elas não entendam seus
desígnios.*

*E assim, depois de determinar
qual é a política conveniente
para a classe operária, Tom Zé e
o seu público se sentem
reconfortados e felizes e com o
sentimento de culpa aliviado.*

Tom Zé

Capítulo II

A Rua e a Noção de Direitos das Pessoas que Vivem nas Ruas

“Saber ouvir e demonstrar a impossibilidade de fazer assistência social sem conviver com seus usuários, sem perceber como se percebem, como sabem do mundo e se sabem nele.”

(YAZBEK, 2014, Prefácio do livro “Assistência Social e Seus Usuários”, de Marta Borba Silva)

Para que seja possível compreender melhor um fenômeno é necessário se aproximar, conhecer, dialogar com ele, buscar suas determinações. Existem estudos e documentos importantes sobre essa temática, como, por exemplo, a “Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua” (Brasília, 2008) e o livro “Moradores de Rua, uma questão social?” (Giorgetti, 2014), porém são poucos os que utilizam como fonte de pesquisa as próprias pessoas que vivem nas ruas, como fez Walter Varanda, em sua tese de doutorado “Liminaridade, bebidas alcóolicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua” (2009).

Neste capítulo o principal objetivo é dialogar de forma direta com pessoas que vivem nas ruas na cidade de Santos através de entrevistas semiestruturadas, dando possibilidade assim para que eles também conduzam o diálogo, garantindo seu protagonismo. Trabalharemos a partir das falas deles, buscando entender o que pensam sobre a vida na rua e como percebem suas vivências.

Além desse aspecto, tentaremos compreender se eles se enxergam enquanto sujeitos de direitos, assim como o que é ter direitos em sua interpretação. Também procuraremos analisar qual relação estabelecem, ou não, com a Política de Assistência Social. Para tanto, faremos análise de quatro entrevistas através da metodologia de análise de conteúdo.

2.1 O Caminho Percorrido

Neste trabalho seguimos a mesma linha metodológica que utilizamos na iniciação científica “A Rua e os Serviços da Assistência Social na Perspectiva das Pessoas em Situação de Rua, como Lugares e Não-Lugares, no município de Santos”, optando pela abordagem qualitativa, entendendo que ela é a melhor ferramenta em uma pesquisa na área das ciências sociais por possibilitar a compreensão dialética do ser humano e suas questões objetivas e subjetivas:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2013, p. 21)

Quando falamos de seres humanos tratamos de um conjunto de fenômenos que não podem ser meramente explicados através de indicadores ou números, precisa-se trabalhar com o pensamento do indivíduo sobre si, suas ações e relações, as realidades e as representações, e um estudo quantitativo não abrangeria a esses fatores. Por isso escolhemos trabalhar através de entrevistas.

A escolha de dialogar com pessoas que vivem nas ruas e tê-las como fonte direta para a realização deste trabalho não é somente uma escolha metodológica, trata-se fundamentalmente de um posicionamento político. Acreditamos não ser possível, de fato, ter como horizonte no exercício profissional do assistente social a garantia de direitos sem garantir nesse processo o protagonismo dos sujeitos que vivem em seu dia-a-dia as violações de direitos que tanto estudamos durante nossa formação, com base no código de ética da profissão, que traz como princípio fundamental o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 121).

Também em relação à Política Nacional de Assistência Social, Marta Borba Silva afirma que:

Neste sentido, torna-se imprescindível dar visibilidade a quem hoje se define como usuário da política de assistência. Escutar os próprios sujeitos a partir de sua inserção na rede de serviços prestados e desvelar as diversas concepções que se encontram em jogo, na sociedade, quanto a quem procura a Política de Assistência Social, seja na perspectiva da garantia de direitos, conforme previsto no texto constitucional, seja até mesmo na perspectiva ainda vigente do sujeito “necessitado” ou “assistido”. (SILVA, M.B., 2014, p.24)

Para além da escuta, esse diálogo permite um momento de reflexão e de troca. A construção de um projeto de trabalho junto com pessoas que atendemos é uma necessidade que deve estar constantemente evidenciada na prática profissional, pois assim temos a possibilidade de, na medida do possível, refrear a reprodução das relações sociais no modo de produção em que vivemos:

[...] dar voz ao segmento dos usuários, desvelando as diversas concepções que aí se encontram na definição desse segmento, a partir de suas próprias leituras, reafirmando o já previsto nas diretrizes do Suas, as quais representam a importância do protagonismo dos sujeitos demandatários na construção e na efetivação da Política de Assistência Social, o que também deve balizar a matriz de intervenção do Serviço Social. (SILVA, M.B., 2014, p.25)

A partir da proposta de entrevistar pessoas que vivem nas ruas foi necessário delimitar um perfil para escolha dos entrevistados. Para tanto elencamos algumas características necessárias: primeiro, estar vivendo nas ruas de Santos há pelo menos 2 anos. Além desse critério, era necessário ter entre 25 e 55 anos, faixa etária que, segundo Maria Lucia Lopes da Silva, é onde se concentra a idade economicamente ativa (SILVA, 2010).

A aproximação às pessoas a serem entrevistadas foi feita de duas formas. Duas pessoas já eram conhecidas e acompanhadas pela pesquisadora em seu trabalho como operadora social, e entendemos que suas trajetórias de vida

agregariam muito à esta pesquisa, por isso foram convidadas. As outras duas pessoas foram abordadas em um dos territórios da cidade que mais abarca as pessoas que vivem nas ruas na cidade de Santos, a região do Mercado Municipal, no bairro da Vila Nova. Essa característica é percebida pela experiência de trabalho da pesquisadora no serviço especializado de abordagem social, foi evidenciada no Censo realizado na cidade (FIPE, 2014) e também foi confirmada na Iniciação Científica que desenvolvemos anteriormente, nessa mesma região:

Já em espaços mais degradados da cidade relacionam-se em grupos, e há uma relação direta com o fato de o olhar higienista os atingir menos nesses lugares. Devemos considerar também que os serviços da assistência social para atender a essa demanda concentram-se nesses ambientes, o que favorece intensamente a fixação nesses locais. Além dos serviços públicos, há recorrentemente nessas áreas a existência de numerosas entidades religiosas que interagem com esse público principalmente através de constante distribuição de alimentos e roupas. (LAFFRONT, 2015, p. 24)

Após esse processo inicial de escolha dos/as possíveis entrevistados/as, de acordo com o objetivo desta pesquisa e o consequente convite eles aceitaram participar deste trabalho, através da adoção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e assim se deu início ao processo das entrevistas.

Como metodologia de análise de dados, escolhemos a análise de conteúdo entendendo-a como um método interessante para as pesquisas em ciências sociais, pois:

O método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso. [...] O que permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta. (SILVA, GOBBI e SIMÃO, 2004, p. 74)

Considerando essa afirmação, relacionamos esse método de análise de dados à nossa pesquisa, partindo do princípio de que temos como objetivo analisar o modo como as pessoas que vivem na rua entendem as suas vivências e a

dimensão do direito à Política de Assistência Social através das falas dos/as entrevistados/as.

No livro *Pesquisa Social*, organizado por Minayo, Gomes salienta a importância que essa metodologia estabelece, em relação à “dimensão subjetiva e posicionamento de grupo; texto e subtexto; texto e contexto; falas e ações mais amplas; cognição e sentimento; dentre outros aspectos”, sendo assim, buscando “tanto na compreensão (atitude hermenêutica) quanto na crítica (atitude dialética) dos dados gerados de uma pesquisa.” (GOMES, 2013, p 106).

Por tanto, a escolha do método de análise de conteúdo se dá pela pertinência dessa metodologia à nossa pesquisa, em busca de uma análise ampla e de totalidade.

A análise de conteúdo nos permitiu elencar algumas categorias, que foram percebidas nas falas das pessoas entrevistadas. Vamos dialogar com essas categorias e autores que estudam esse fenômeno e temáticas correlatas, como Vera Telles (1996), Walter Varanda (2009), Marta Borba Silva (2014), Camila Giorgetti (2014) e Maria Lucia Lopes da Silva (2009, 2010).

2.2 Os Protagonistas

*Ana*⁷

De seus 28 anos de idade, mais de 08 anos foram vividos nas ruas de Santos. Foi viver na rua depois que sua mãe faleceu e ela não aguentou a tristeza e as lembranças.

Teve uma infância e adolescência conturbadas, passou por diferentes níveis de violação de direitos. Na vida adulta teve envolvimento com drogas ilícitas.

Sonha em voltar para sua família, principalmente para um de seus filhos, que tem 9 anos e vive com familiares numa cidade vizinha.

A encontrei para conversar numa das praças da cidade, onde ela costuma guardar carros.

⁷ Nome fictício

Miguel⁸

De seus 40 anos vida, 03 meses foram nas ruas de Santos. Já vive na cidade há mais de 04 anos.

Já viveu na rua antes, em São Paulo. Desta vez está na rua por conta de uma separação.

Já passou por um dos abrigos que existem na cidade, mas prefere a rua, mesmo desejando sair dela.

Hoje tem como objetivo “refazer a vida”. Tirar documentos, fazer currículo, procurar emprego... Sair da rua.

O encontrei deitado na calçada de frente para um canal, perto de um dos serviços que atende quem vive na rua, o Centro Pop. Ele disse que podia e queria conversar, estava aguardando o horário de atendimento para ir ao Centro Pop.

Quando perguntei a ele sobre o tempo em que ele já estava vivendo na rua ele respondeu que 03 meses, agradecemos e dissemos que precisávamos conversar com alguém que já estivesse há 02 anos nas ruas. Então, ele nos pediu para ser entrevistado, queria muito falar. Assim fizemos.

⁸ Nome fictício

Pedro⁹

De seus 44 anos de idade, mais de 20 anos foram vividos nas ruas, sendo a metade deles nas ruas de Santos.

Quando ainda era muito pequeno, apenas 04 anos, seus pais faleceram, segundo o que ele sabe, por problemas com o álcool. Depois disso, passou de casa em casa, de conhecidos à conhecidos, até ser oficialmente adotado, aos 13 anos, por um casal de idosos.

Quando foi adotado, através da análise de sua arcada dentária estimaram sua idade, pois não tinha documento algum, e ele escolheu para si, como data de nascimento, o dia 25 de dezembro.

Aos 18 anos decidiu sair de casa, sentia que não era dali. De cidade em cidade, um dia foi viver na rua.

O encontrei para conversar em uma das praças da cidade, a que ele costuma frequentar diariamente.

⁹ Nome fictício

*Ricardo*¹⁰

Com 42 anos de idade, desde 2008 ele está vivendo nas ruas de Santos.

Durante esse período, teve algumas passagens pelo sistema prisional. É egresso há 08 meses.

Antes disso, foi viver na rua quando se separou de “sua mulher”. Hoje diz que não tem mais família, principalmente após a perda de sua mãe.

O encontrei de frente a uma das laterais do Mercado Municipal da cidade. Deitado na calçada, sob um papelão estirado à sombra de caminhões.

Quando chamado disse “legal, quero conversar sim, estou bem”.

Mesmo que desta vez ele esteja vivendo na rua há 08 meses ele afirma que vive na rua desde 2008. Por tanto, mantivemos a entrevista.

¹⁰ Nome fictício

2.3 Por que a Rua?

– Você nunca levanta a mão quando é criança, e ao te perguntarem... “Senhor, quando crescer o que o Sr. Quer ser?” – “Ah, mendigo, morar debaixo de uma marquise, dormindo sobre uma calçada, meias sujas, uma mochila, almoçar no Bom Prato... Com um cachorro cheio de pulga...” Você não nunca falaria isso, nunca esperaria isso.

Miguel, 2015.

As palavras de Miguel nos trazem a importante reflexão de que viver na rua não é algo culturalmente desejado e sonhado, mas a rua é o lugar que abriga muitas das pessoas que vivem variadas configurações históricas e mundiais de desigualdade. “Antes de experimentarem a desesperança, as pessoas alimentam sonhos de evolução profissional, mudança de situação de vida, de transformação interna e conquista de reconhecimento externo” (VARANDA, 2009, p. 46) porém, por diferentes motivações vão viver na rua, onde “as pessoas experimentam as perdas: perda de patrimônio e perda de relações. De certa forma, também perderam o que poderiam ter sido e não foram” (VARANDA, 2009, p. 46) e começam assim a construir e vivenciar novas relações e formas do fazer e do viver nas ruas. Mas, se as pessoas não sonham em ir viver nas ruas, por que elas vão?

A questão da motivação para a ida para a rua foi algo que apareceu com força nas falas dos/as entrevistados/as e pudemos perceber dois fatores principais: a ruptura de relações familiares e a ausência de emprego, fatores esses que são sintomáticos da ausência ou fragilidade da proteção das políticas sociais já antes das pessoas irem viver na rua e que são perpassados por outras questões como a relação com as drogas, por exemplo.

No caso dos homens, para dois dos três entrevistados a separação matrimonial aparece em suas falas como algo determinante para que fossem viver na rua, ao qual denotam também muita importância em seu discurso:

– Depois da primeira separação, fui me desgostando... Trabalhei pra caramba, eu tenho família de comerciantes (...) Sabe, depois que terminei meu primeiro casamento, comecei a me desgostar, aí voltei a morar com a minha mãe, só que eu tenho 3 irmãs, uma é juíza, a outra é professora e psicóloga e a outra é comerciante. Poxa, me massificaram... "Com essa idade morar na casa da mãe, não tem vergonha na cara?". Consegui tudo de novo, aluguei casa, comprei um corsa, lutei (...) Quando eu me separei da ex-mulher, deixei carro, moto e tudo que tinha dentro de casa, saí de novo só com uma mala... De novo... De novo... Já não tava mais com tesão da vida. Com todo o respeito da palavra, eu tenho 40 anos. Conclusão, coloquei a mochila nas costas, uma mochila de aventureiro, estava todo arrumado. Arrumei emprego, fui trabalhar, fui pintar uma casa, conheci a mãe da minha filha, tem 10 meses, me separei dela também, e falei "pega tudo o que tem aí". Eu sou homem, eu aguento, eu me viro, coloquei uma mala e estou há 03 meses na rua, 03 meses, e estou aqui agora sendo entrevistado.

Miguel, 2015.

– Desde 2008 e tô na rua, larguei minha mulher, eu tava em Bauru, mas eu sou de Santos, tendeu?

Eu tinha um estacionamento, tinha um depósito de melancia deixei tudo pra ela e vim embora.

Ricardo, 2015.

Já para Pedro, a questão da ruptura familiar é algo diferente, pois efetivamente ele não teve referências sólidas de família ao longo de sua vida, tendo passado por várias casas durante sua infância desde a morte de seus pais. Ele viveu apenas um tempo com o mais próximo de família que ele chegou a ter, dos 13 aos 18 anos de idade. Na vida adulta, não estabeleceu relações sólidas com ninguém a não ser seus companheiros de rua. Sendo assim, consistentemente ele afirma:

– Porque eu não tenho.... Eu não tenho nada!!!! Não tenho mulher, não tenho trabalho... Eu não tenho família, eu já falei pra você.

Pedro, 2015.

Percebemos também a ausência do ter, pois quando não se têm família, não se têm trabalho, não se têm companhia a escolha é a rua, quem não tem nada vai para a rua. A dificuldade de conseguir um emprego que seja capaz de manter a vida de forma socialmente convencional e os conflitos familiares que vem deste e de outros fatores estruturais fazem com que a rua configure-se, assim, como um lugar de acolhimento:

– Eu trabalhava, minha mãe tava viva ai depois que ela morreu ai eu fiquei muito mal. Ela era minha amiga, era a única que eu tinha...

Ah, como eu convivia muito com a minha mãe então vai ter a depressão, então a casa fazia lembrar ela... Ai como me fazia lembrar ela eu chorava, vivia chorando, então pra esquecer um pouco o sofrimento de ver em tudo qualquer canto ai saia pra rua.

Ana, 2015

Quando falam dos motivos pelos quais continuam a viver na rua um dos primeiros pensamentos são sobre a ausência de emprego, de “oportunidade”. A possibilidade de ter um trabalho formal quando se vive na rua é praticamente inexistente, considerando aspectos como rotina e preconceito, e assim eles sobrevivem através do trabalho socialmente considerado informal. Eles/as recolhem materiais recicláveis, guardam carros, trabalham em feiras de rua, vendem artesanato, trabalham em construção civil, limpeza doméstica, etc. A documentação também é outra das dificuldades que eles/as ainda sofrem, principalmente quando não acessam os serviços da assistência social:

– Por causa que eu não tô tendo espaço entendeu? Não trabalho, sem documento... Só tenho o RG só, que eu tirei agora quando cheguei ali no Centro Pop, porque nem documento eu tinha.

Ricardo, 2015.

Um lugar de acolhimento, um lugar de anonimato que “oferece, de forma contraditória, a segurança que o sujeito pode não encontrar em lugares conhecidos” (VARANDA, 2009, p.38). A rua aparece nas falas das pessoas que entrevistamos como a escolha daqueles que não tem escolha.

2.4 Viver nas Ruas

A rua aparece como uma escolha, porém ao mesmo tempo como uma troca injusta para nossos/as entrevistados/as, a ausência de outros caminhos.

Quando perguntamos sobre como é viver na rua as palavras que mais escutamos foram “ilusão”, “horrível”, “discriminação” e “solidão”:

– É, é uma escolha. O cara fala assim “ah é que eu sou doente”, doente não.

Ricardo, 2015.

– (Risos) Ah como é? (Risos) É o que você tá vendo! Fica na chuva... Ah não é que é ruim, não chega a ser ruim. Mas também não é bom. Tem coisas boas e tem dificuldade.

– Não, eu digo, como é a vida na rua eu digo: faz favor deita aqui ó nesse papelão, fica ai uns dois três dias e cê vai ver como é boa a vida na rua. Ai ele vai entender.

– Fazer o que, tem que viver na rua, tem que resistir na rua,

Pedro, 2015.

Para Ricardo a escolha por viver na rua também se dá pela busca de liberdade, de não querer obedecer as regras e padrões impostos pela família e pela sociedade, sendo assim uma forma de resistir. Em relação à família, fala de responsabilidades e compromissos que não quer ou não pode assumir, que são fatores que parecem não existir na rua pois não há despesas em decorrência de

moradia, por exemplo. Em sua fala vemos também a resistência cotidiana para sobreviver na rua:

– Viver na rua? (Risos) Eu vou falar pra ele que é mamão com açúcar, vou falar o que? Tô sendo sincero.

– Uma forma de resistir porque ninguém manda em você, que se você for morar, que nem hoje eu não tenho família né, mas muitos ai que tem pai tem mãe, não volta porque não quer obedecer tendeu? Porque tudo tem uma regra, eu queria, se eu tivesse a minha mãe hoje, eu queria tá nessa regra com eles com certeza. Mas hoje eu não tenho mais ninguém não...

– Por exemplo, quem tá na rua tá resistindo... Tá resistindo... Eu mesmo tô resistindo porque não tenho pra onde ir, não tenho onde morar, eu não tenho família, então eu tô resistindo a isso, mas vários ai tá resistindo a não obedecer as coisas dentro de casa, acha que tem que ser do jeito que eles quer mas não é assim, ai a família não aceita mais. Mas se eles obedecesse as normas dentro na casa deles... Ah... Eles tariam tudo lá dentro, melhor coisa que tem é você tá com a sua família.

– Falar a verdade pra você fia, se o cara falar pra você que é ruim é mentira, tendeu? Mas eu não tenho preocupação com nada, de repente a gente até se incomoda tendeu? Mas não penso em pagar uma luz, pagar uma água, que o gás vai acabar, tendeu? A fralda do neném acabou tem que comprar... tendeu, não penso em nada... nem se importa... “aah na rua é sofrido”, não é não viu... Se fosse tão ruim não tinha esse bando de cara na rua. Tô sendo sincero com você.

Ricardo, 2015.

O preconceito apareceu como uma marca forte para as pessoas entrevistadas, sendo que “o preconceito está presente na vida dessas pessoas e se expressa de várias formas e em vários níveis na sociedade” (VIEIRA, BEZERRA E ROSA apud GIORGETTI, 2014, p. 96). Já para Varanda “do ponto de vista do sujeito

que está na rua, a “sujeira” de sua aparência e a “impureza” do seu comportamento o torna invisível, porque não podem ser integrados ao padrão da urbanidade socialmente aceita” (VARANDA, 2009, p. 35) e para Silva “o estigma social da era pré-industrial perpetua-se e a violência ainda impera contra essa população discriminada, que não tem acesso às políticas sociais” (SILVA, 2010, p. 15). Miguel confirma isso dizendo que:

- É quando você precisa de ajuda pra comprar um remédio, as pessoas dizem "sai daqui seu pingüço, drogado", e você está falando a verdade mas a sua situação e aparência te condenam. Esse povo que está passando agora, estão olhando pra vocês e pensando "nossa, o que eles estão fazendo no meio daqueles mendigos?", sem saber que um dia eu também fui pai de família, fui uma pessoa que não levantou a mão e escolheu ser "isso". Não querem saber, “mas por que?” Aparência é o problema. As pessoas julgam muito pela aparência. Isso é medíocre... Isso é ser pobre... Quem faz isso é mais pobre do que eu.
- "Posso usar seu banheiro?" “Está quebrado... está com o vaso quebrado, quebrou a chave na porta... levaram a chave embora e só voltam amanhã”. Como se dissessem "não te quero aqui, some"... “Não te quero aqui, some, não entendeu?” Então é difícil, sabe?

Miguel, 2015.

A relação com as drogas também foi algo que apareceu com centralidade, estando presente nas falas de todos/as os/as entrevistados/as. Outros estudos sobre as pessoas que vivem nas ruas já evidenciaram essa questão, como a tese de doutorado de Walter Varanda, onde ele afirma que “a imersão em estados induzidos pelo uso do álcool, maconha e crack entre moradores de rua indicam em primeiro lugar, a preferência pelos estados alterados ao invés dos estados ordinários de consciência.” (VARANDA, 2009, p. 28/29). Ainda neste estudo, o autor afirma que:

De maneira geral, as pessoas transitam por diferentes estados de percepção da realidade e de si mesmos, em diferentes momentos da vida, que podem ou não estar associados ao uso de substâncias aditivas, mas no

caso da população de rua, este uso é inerente à situação em que vivem. Quando se liberam de compromissos familiares e obrigações sociais, podem vagar livremente no anonimato da rua e imergir em bolhas emocionais ou lembranças fixadas na memória, adotando posturas psicologicamente regredidas e padrões comportamentais alterados em relação ao contexto do presente. (VARANDA, 2009, p. 23)

Podemos considerar que o uso de drogas pode levar à vida na rua, assim como rua pode levar ao uso dessas substâncias e, elas podem ser, ao mesmo tempo, mecanismo de fuga e sobrevivência para quem vive na rua. Fuga de lembranças, memórias e mesmo de sofrimentos do presente, e sobrevivência por auxiliar a suportar o frio, a chuva, e outras condições a que se está exposto na rua. Sobre essa questão, Ana, Ricardo e Miguel relatam que:

– Que é bom não é bom, porque as vezes faz frio, passa fome, fica nas drogas, não se alimenta, pensa que consegue viver as coisas mas não consegue viver nada porque as drogas impedem.

Ana, 2015.

– Mas na rua, a diversão de quem está na rua é o álcool... O álcool tira o frio, o álcool tira a fome, tira a lembrança, tira a solidão... Tira tudo. Então o álcool, posso dizer... É o arauto do esquecimento.

Miguel, 2015

– Nenhuma, o cara que mora na rua é mais tipo assim, é que nem o cara que usa droga, sabe porque o cara usa droga? Porque ele tem um buraco no coração, que nem ces fala, como é que é, solidão várias coisas, desprezo da família, eu não tenho mais família, cê acredita se chegar no final de ano, dia das mães, eu não tenho pra quem ligar, cê não tem pra quem ligar cê fala pô, acabo, não tem ninguém... Só eu, a solidão que eu tenho é essa daí. Então a gente vai desabafar nas drogas.

Ricardo, 2015.

Essa relação com as drogas pode resultar em sentimento de vergonha, inferioridade e de medo frente à reação da família. É uma das questões que dificulta a saída da rua e a volta ao convívio familiar quando se tem esse desejo:

– É, acho que era pior, podia voltar pra casa mas não consegue por causa da vergonha, e aí fora os maus tratos que acontecem consequentemente.

Ana, 2015.

Interessante observar que a questão da drogadição não é inerente e nem tão somente uma problemática do fenômeno social das pessoas que vivem nas ruas. Esse aspecto se torna evidente em relação a esse público pelo fato de eles não terem paredes para se esconder e nem uma estrutura que os subsidie como outros usuários de drogas.

Há também o fator de que as pessoas que vivem nas ruas são impulsionadas pela Política de Assistência Social de forma central a retornar ao mercado de trabalho muitas vezes sem a devida atenção a questão do uso da droga, não trabalhando esse aspecto, o que pode dificultar a saída da rua. A questão da drogadição deve ser abordada de forma intersetorial, pela Política de Saúde.

A Pesquisa sobre o perfil dos usuários de crack no Brasil, encomendada pelo Ministério da Justiça (MJ) à Fiocruz, instituição ligada ao Ministério da Saúde (MS) em 2013 constatou que:

São principalmente adultos jovens, com idade média de 30 anos, homens (78,7%), não brancos (80%) - o que inclui pretos, pardos e indígenas, por exemplo - e solteiros (60,6%). Além disso, têm, na maior parte dos casos, baixa escolaridade, sendo que apenas dois em cada dez cursaram ou concluíram o ensino médio. Em relação ao ensino superior, a proporção é ainda menor: cerca de 0,3% cursou ou concluiu esse nível de escolaridade. A pesquisa também aponta uma expressiva proporção de usuários em situação de rua, com aproximadamente 40% deles nessa condição. Nas capitais o percentual é mais elevado e chega a 47,3%, enquanto nos demais municípios do país 20% dos usuários regulares de crack relataram essa condição. Os pesquisadores ressaltaram que não significa que esse

contingente necessariamente more nas ruas, mas que nelas passa a maior parte de seu tempo.¹¹

Sobre o uso de drogas pelas pessoas que vivem nas ruas em Santos temos os dados do censo realizado em 2013 na cidade, que constam no terceiro item do primeiro capítulo deste trabalho.

Os que somente usam o álcool fazem constantemente uma diferenciação entre si e os que são usuários de crack ou drogas consideradas mais pesadas. Para Varanda essa discriminação entre as próprias pessoas que vivem nas ruas está para além da questão da droga ser ou não lícita, pois a “violência e os roubos associados ao crack são motivos mais realistas que justificam esta separação” (VARANDA, 2009, p. 27/28). Miguel nos confirma isso dizendo:

– Odeio gíria, odeio malandro, odeio nóia, odeio droga, não fumo nada, eu só bebo... Só bebo... Sabe, a rua é um mundo paralelo... Com essa realidade do dia a dia (...) E eu só tomo pinga. Sabe, nem por isso eu sou inchado ou tenho tremedeira... Eu me alimento, procuro tomar um banho... na medida da rua andar bem arrumado... Que nem... pra nós eu estou sujo, desarrumado, mas pra quem vive na rua, eu estou arrumado. São duas visões diferentes, você vê, o pessoal, se você chegar perto não aguenta o cheiro, eu não aguento, eu não fico... Não fico em maloca.

Miguel, 2015.

Em sua fala Miguel demonstra que parece resistir a assumir a “aparência” que ele descreve ter quem vive na rua. Ele resiste a não se tornar igual, em querer se diferenciar. As malocas a que ele se refere são grupos de pessoas que vivem nas ruas e se juntam em determinado espaço. Nas malocas é seguido o código estabelecido pelas pessoas que nela vivem (como em relação a questão da drogadição, por exemplo), e frequentemente encontramos figuras como “a mãe de rua”, que lidera ou é considerada “dona” da maloca. Há uma aparente tentativa de reprodução de relações familiares na rua. Sobre as malocas, Varanda (2009) afirma

11 BRASIL, cidadania e justiça. Brasil realiza pesquisa sobre o uso do crack <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/brasil-realiza-pesquisa-sobre-o-uso-do-crack> acessado às 15h44 de 20/12/2015.

que, mesmo com a existência dessa diferenciação entre usuários de álcool e os de outras drogas:

Cabe salientar que observamos malocas igualmente frequentadas por usuários de ambas as substâncias. Como o uso drogas ilícitas como o crack e a maconha se tornaram comuns na rua, raramente geram prisões, mas são desestimulados com posturas ameaçadoras e demonstrações de hostilidade da polícia. (VARANDA, 2009, p. 28)

As pessoas que vivem nas ruas sofrem repressão de formas diferenciadas, e isso vem marcado em suas falas junto a questão do preconceito. Sobre a repressão dos agentes de segurança pública para com eles, Giorgetti traz Carvalho para afirmar que:

[...] ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela cidade e pelas leis. Receiam o contato com agentes da lei, pois a experiência mostrou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio. (Carvalho apud GIORGETTI, 2014, p. 92/93)

Em relação a esse aspecto da vida na rua temos o relato de Miguel, que nos conta que:

– Não, não tem direito, só discriminação, preconceito e tudo o que você imaginar, tudo... Mas tudo moça. Outro dia eu fui apertar um cigarro de fumo... Fumo de corda, eu sou camponês, sou de Santa Catarina, lá fumávamos muito isso. Estava bolando o paieiro, parou uma viatura e falou, “e aí seu filho da puta, maldito, desgraçado...” Olhei para a cara dele e falei... “o senhor também”. Depois de meia hora de porrada, ele viu que eu tava fumando fumo de corda e perguntou “porque você não falou antes?” “Porque eu não sou o que você estava pensando, se eu sou você também é. O senhor é mais ignorante que eu, com essa farda e essa autoridade nem para se quer parar e perguntar o que eu tinha na mão”.

Miguel, 2015.

Quanto ao dia-a-dia todas as pessoas entrevistadas afirmaram ter uma rotina. Dentre as atividades estão o trabalho, a busca por alimentação e o repouso:

– Tenho, olhar carro, almoço, não vou falar que eu não uso droga porque eu uso droga mas eu não fico perturbando ninguém, vou olhar os carro, vou dormir.

Almoço... Ali o meu restaurante. Todos os dias ele me dá comida, de segunda a sábado.

Ana, 2015.

– O que eu faço durante o dia? É eles jogam as coisa fora ali, eu limpo tudo e vendo pro restaurante. Que nem agora, tem seis saco de batata ali dentro, não quis nem pôr a mão ali dentro, dos seis saco que tem ali, se eu for lá agora mexer eu vou tirar dois saco, vendo por 40 cada um.

Ricardo, 2015.

Também foram relatadas dificuldades para sobreviver na rua. Pedro que trabalha com coleta de materiais recicláveis usa um carrinho de supermercado como ferramenta para trabalhar, nos conta a dificuldade que passou, e que impossibilitou seu trabalho:

– Ah, cê tá gravando tudo aí? Ó tem várias vantagens e tem várias desvantagens não é? Às vezes eu ando por ai e ganho alguma coisa, mas trabalho, né, lógico. E às vezes as desvantagens foi o que aconteceu, roubaram os meus dois carrinhos, desvantagens, então tem... Às vezes eu guardo uma coisa num lugar e desaparece... Vantagem é amizade igual vocês!

– Eu trabalhava de dia e dormia à noite, lógico.

– Não tem lugar... Eu tomava banho no cais, mas fecharam. Fecharam o banheiro que a gente tomava banho.

–...Tá difícil, estão cercando a gente de tudo que é lado.

Pedro, 2015.

Em geral, as pessoas que não tem uma efetiva proposta de sair da rua acessam os serviços da Assistência Social como garantia última de sobrevivência. Porém, procuram outros meios para garantir sua sobrevivência, como local para tomar banho, lugares que costumam distribuir alimento, etc. Pedro nos relata que o local onde ele e seus amigos costumavam tomar banho, no cais, já não é mais acessível para eles, porém não conta quem impossibilitou esse uso, talvez ele mesmo não tenha essa informação. Quanto a questão do carrinho de supermercado existem dois enfrentamentos. O primeiro, trata-se de outras pessoas que vivem na rua e roubam o carrinho quando surge oportunidade, pois atualmente é mais difícil conseguir um carrinho, devido à nova política de descarte de materiais dos supermercados. O outro aspecto é relativo a própria política da cidade. Em Santos existe o cadastramento de carrinheiros, organizado anualmente pela própria Secretaria de Assistência Social (SEAS) em parceria com a Guarda Municipal (GM), a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Meio Ambiente. Nesse cadastramento e recadastramento as carroças são pintadas de amarelo, recebem um código pela CET para controle, e os carrinheiros são vacinados contra o tétano e recebem palestras relativas ao seu trabalho. É necessário ir na data estipulada com a carroça e o RG.

Segundo a SEAS o objetivo é levantar o perfil dos carrinheiros da cidade, podendo assim inseri-los em programas de transferência de renda e em serviços da rede socioassistencial¹². A própria Secretaria afirma através de seu levantamento que “quanto à moradia, o estudo revela que a maioria não dorme na rua como muitos pensam. Do total de 123 recadastrados, 94 deles possuem casa, sendo 46 deles no Centro, 29 dormem na rua e 26 tem endereço na zona da orla e intermediária”.¹³

¹² <http://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/879650/seas-completa-recadastramento-de-carrinheiros> (acessado às 18h00 de 20/12/2015)
<http://www.falasantos.com.br/conteudo.php?id=7667> (acessado às 18h00 de 20/12/2015)
<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2015/05/codeso-conclui-perfil-de-carrinheiros-recadastrados-em-santos-sp.html> (acessado às 18h00 de 20/12/2015)

¹³ <http://santaportal.com.br/9331-novo-perfil-de-carrinheiros-e-revelado-pela-assistencia-social> (acessado às 18h00 de 20/12/2015)

Importante destacar que as 29 pessoas que vivem na rua não representam todo o contingente de coletores de materiais recicláveis que vivem nas ruas da cidade, e sim é o número que conseguiu cumprir os requisitos para se cadastrar. O processo de cadastramento acaba por não respeitar a especificidade do fenômeno das pessoas que vivem na rua e, assim, funciona como uma imposição de critérios para poder atuar nesse mercado.

A fiscalização da GM e da CET pode configurar-se de forma punitiva, e aquelas pessoas que não tem carroça ou estão com a carroça irregular tem seus meios de trabalho apreendidos e por conta própria eles precisam conseguir outra carroça e aguardar pelo próximo cadastro anual. Ou seja, apesar de ter como aspectos positivos o levantamento do perfil, a vacina e a capacitação acaba se efetivando como forma de controle e cerceamento em relação a quem precisa sobreviver na rua.

2.5 Definição de Direitos

Na busca por compreender como as pessoas entrevistadas definem e entendem os direitos dialogamos sobre esse assunto e chegamos a algumas perspectivas. Procuramos também dialogar com autoras como Giorgetti (2014), Telles (1996) e Maria Lúcia Lopes da Silva (2009, 2010) para contribuir nesta discussão.

Sobre a reflexão de direitos, Giorgetti cita Vieira (2014) para diferenciar os direitos civis e os direitos políticos, sendo que os direitos civis relacionam-se “aos princípios de ‘liberdade, igualdade, prosperidade, ir e vir, direito à vida, à segurança’”, enquanto “os direitos políticos dizem respeito ‘à liberdade de associação e reunião, organização política e sindical, participação política e eleitoral, sufrágio universal’”. (VIEIRA apud GIORGETTI, 2014, p. 79/80). A discussão continua abordando os direitos de segunda geração, que seriam “os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social” que segundo Vieira advém de conquistas do movimento operário e sindical em suas lutas durante o século XX.

(VIEIRA apud GIORGETTI, 2014, p. 80). Logo, Giorgetti entende que trazendo essa compreensão para a questão das pessoas que vivem nas ruas:

[...] a cidadania plena apoia-se fortemente na ideia de que todos os *moradores de rua* têm “direito a ter direitos”, ou seja, parte do princípio de que seus direitos devem obedecer ao critério da universalidade, por isso correspondente à cidadania indiscriminada, incondicional, incontestável. Mas ele deve realizar esforços para se *integrar à sociedade*, por isso o reaprendizado das regras é fundamental, e sua “*vontade de se reintegrar*” constitui a contrapartida necessária para a obtenção da cidadania. (GIORGETTI, 2014, p.82)

Por tanto, temos a interpretação do direito como troca, pois é necessária uma contrapartida por parte das pessoas que vivem na rua para acessar direitos, o que reforça a ideia de *inclusão social* que vimos na reflexão do capítulo I deste Trabalho de Conclusão de Curso, sobre a Política Pública Nacional criada para atender esse público:

Embora enfatize a luta pelos direitos sociais, o autor atribui importância considerável ao pleno exercício dos direitos civis e políticos, e supõe que a dignidade deva ser garantida através dos direitos humanos, que se diferem dos demais direitos por destacarem no *morador de rua* suas qualidades enquanto Homem, em vez de suas virtudes cidadãs. A cidadania plena, segundo Carvalho – uma condição de “liberdade”, “participação” e “igualdade para todos” – “é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível” (2003). Ele define como cidadão pleno “aquele que fosse titular dos 3 direitos” [civis, políticos e sociais, mas acrescentamos a estes um quarto direito, referente à preservação da dignidade]; os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos ou (...) cidadãos incompletos (ibidem) (GIORGETTI, 2014, p.82)

A autora traz uma análise central para compreensão dos limites do direito no capitalismo. Sendo um ideal burguês, ao mesmo tempo que viabiliza o sistema possibilita também com que se tencione o próprio sistema.

Esse entendimento do direito também enquanto preservação da dignidade vai ao encontro da fala de Miguel, que entende os direitos, para as pessoas que vivem nas ruas, da seguinte forma:

– Ter direitos é você ter direito de ser feliz. Ser feliz não é ter um carro, ser feliz é ter direito à dignidade, sabe, a um emprego.

Tenho o direito de ser reconhecido. Sabe?... Isso é ter direito... Ser reconhecido.

– Ter direitos é "vocês" serem todos iguais. Todos iguais, todos, sem preconceito de credo, raça, religião, se estudou ou não. Mesmo quem carpinou um campo, não tem faculdade, mas, vai aprender a carpinar um campo!

E quem carpinou um campo, também, se tivesse direito ao que você teve por estar lá... também estaria na faculdade. O ser humano é ser humano, ninguém é maior que ninguém.

Miguel, 2015

– Meu direito é ter sossego. É um direito É um direito não é?! É Quero ter sossego É poder ficar do jeito que você quiser?! Quero que ninguém me perturbe. Uhum. Eu deito no meu cantinho, quietinho. Bebo a minha cachacinha, que eu bebo mesmo. Fumo meu cigarrinho e não gosto que ninguém me perturbe. Isso é um direito né? Eu não perturbo ninguém.

Pedro, 2015.

A dignidade é associada a ideia de liberdade, e isso é buscado na rua. Quando na rua, se deparam com novas configurações de regras sociais específicas desse estilo de vida vem a ideia de ilusão, como Ana nos disse, fica neles o sentimento de que “é tudo ilusão”. Mas, ainda assim, consideram viver na rua um direito:

– Claro, é uma opção, o ser humano é livre. Ele pode escolher, ou eu quero a rua ou um apartamento, flat, hotel, da minha mãe, da minha esposa, da minha filha, meu que seja. É um livre arbítrio, é um direito

sim... Mas eu acho uma troca injusta, você deixar um lar de casa onde você tem sua cama, sua televisão, um controle, uma cerveja na geladeira, um churrasco com os amigos, um telefone pra ligar e falar "olha, vem na minha casa comer uma lasanha"... Do que ficar em um papelão. É um livre arbítrio, sim, é um direito, mas não é uma escolha sensata, com razão, trocar um conforto, banho quente, por um papelão e água gelada.

Voltar a viver a vida. Ter um lar, um emprego, voltar a ser visto com outros olhos.

Miguel, 2015.

Para Pedro viver na rua “não é um direito mas também não é erro” (Pedro, 2015). Em uma situação hipotética imaginando que fosse proibido viver na rua, ele diz:

– Leva eu pra cadeia então (risos). Tá cheia a cadeia? Leva eu pra cadeia então! (risos) Tá cheia a cadeia já né?

Pedro, 2015.

Vemos aqui a ideia de viver na rua como algo ilegal. Esse pensamento pode ser derivado da forma como a segurança pública e a sociedade intervêm com quem vive na rua, como se dá a reprodução das relações sociais nesse sentido.

Quando se pensa no Estado e em seu papel de intervenção, Giorgetti afirma que:

As pessoas que concebem a cidadania do *morador de rua* em sua plenitude acreditam em seu potencial transformador, bem como em sua participação na sociedade enquanto cidadão de direitos, considerando que ele deve exercer a cidadania denominada “ativa”, “revolucionária” e “pública”, em detrimento da “passiva”. Nesse sentido, ele não seria apenas mero receptor dos auxílios propostos, mas sujeito engajado na conquista da sua cidadania. (GIORGETTI, 2014, p.82)

Os direitos e a cidadania deveriam ser assegurados pela intervenção do Estado por meio das políticas sociais, o que acaba não se efetivando. Em

contrapartida cada vez mais vivenciamos perdas na garantia de direitos em tempos de capitalismo neoliberal. Quando pensamos em direitos sociais, e mais propriamente nos direitos proclamados em lei e na realidade social, Telles (1996), propõe a seguinte discussão:

[...] então não teríamos muitas alternativas a não ser constatar (mais uma vez!) a brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões - e nesse caso, falar dos direitos sociais seria falar de sua impotência em alterar a ordem do mundo, impotência que se arma no descompasso entre a grandiosidade dos ideais e a realidade bruta das discriminações, exclusões e violências que atingem maiorias. Além disso, e talvez o mais importante, não poderíamos ir muito além do que constatar - e lamentar - os efeitos devastadores das mudanças em curso no mundo contemporâneo, demolindo direitos que mal ou bem garantem prerrogativas que compensam a assimetria de posições nas relações de trabalho e poder, e fornecem proteções contra as incertezas da economia e os azares da vida. Nesse caso, além da impotência para fazer frente aos rumos excludentes que vem tomando o reordenamento da economia e do Estado no mundo inteiro, falar dos direitos sociais também significaria falar de uma perda. (TELLES, 1996, p. 2/3)

A autora contrapõe essa análise entre lei e realidade que leva invariavelmente, as ideias de perda e de impotência ao se falar em direitos. Ideias essas que mantêm o pensamento no modo como as coisas se colocam. Afirma que os direitos contêm ou podem conter um “sentido crítico e questionador”, uma perspectiva de transgressão, de pensar outros projetos de sociedade, de questionar a realidade e propor outros modos de vida e trabalho.

O direito apareceu nas entrevistas também intrinsicamente ligado à uma troca, em relação ao trabalho, pois “o trabalho é associado ao acesso à proteção social, à realização humana e profissional” (SILVA, 2010, p 16). Ficou evidente nas falas o entendimento de que quem trabalha de maneira formal tem “direito a ter direitos”, pois contribui para a sociedade. Quando perguntamos à Ana e à Ricardo se eles acham que tem direitos eles dizem que não, porque vivem na rua e não trabalham, e, quem não vive na rua tem mais responsabilidades, por isso acessa seus direitos. Apesar desse pensamento podemos ressaltar que antes de viver na

rua eles relatam que tinham trabalhos formais e, essa proteção adquirida através do trabalho não foi capaz de garantir proteção frente as violações de direitos que sofreram até chegar às ruas, ou seja, falam de um nível de proteção que mesmo o trabalho não os assegurou:

– Pô pra mim ter direito eu tinha que tá trabalhando entendeu? É, bem acentuado na opinião pública tendeu? Acho que a gente tando vagabundando não tem direito a nada não. Ce acha que trabalhar respeito... Ser reconhecido... É, tem que ser conquistado... Eu penso assim, no caso que tem cara que é cabecinha de vento tá ai rua ai não quer saber de porr* nenhuma.

– Não. Não porque vive na rua porque quer. No dia que eu falar que não quero mais eu não tô, tendeu filha?

– Não, não tenho. Quando eu morava na rua que eu trabalhava, trabalhava em São Bernardo tendeu, ai sim eu tinha direito das coisa. Então quando você trabalha e tem dinheiro todo mundo acha que você tem que ser respeitado, quando você não tem ninguém acha que você tem direito. Não, tem não... pra eles não.

Ricardo, 2015.

A ideia de proteção social vinda pelo trabalho se reforça na fala de Ricardo. Por sua vez, Pedro, ao falar de trabalho, remete as formas de intervenção das prefeituras¹⁴ e destaca a migração de retorno:

– Pra mim seria o seguinte, seria o prefeito ele arrumar serviço pra quem gosta de trabalhar. É ce entendeu? Ai o prefeito arruma trabalho pra quem gosta de trabalhar, vai trabalhar, ai arruma meio que um albergue pra passar a noite enquanto não pega o primeiro salário, e quem não quer trabalhar dá a passagem e manda embora.

– Pra cidade deles ué! Quem é carioca vai pro Rio, quem é do Paraná vai pro Paraná.

Pedro, 2015.

¹⁴ Frentes de trabalho temporárias, serviços de acolhimento, albergue, e outros.

A política de migração de retorno é forte quando se trata de quem vivem na rua, há um trabalho de convencimento para que se retorne a cidade de origem e somente são considerados munícipes os que vivem em Santos há mais de um ano. Em geral, esse pensamento é reproduzido nos serviços de atendimento às pessoas que vivem nas ruas, nas falas dos munícipes da cidade que possuem residência e também por vezes pelas próprias pessoas que vivem nas ruas. Pedro também assume que quem vive na rua tem muitos direitos, mas ele “não corre atrás disso aí” (Pedro, 2015) e, mesmo com essa afirmação, ele diz que ele não tem direito à direitos.

A questão da migração de retorno pode ser associada ao “pertencimento comunitário”. Silva (2010) dialoga com Boschetti (2003) e Castel (1998) para analisar essa questão no âmbito da Assistência Social:

Boschetti (2003), ao refletir sobre as relações entre assistência social e trabalho, orientada pela indagação, “assistência social e trabalho: direitos (in) compatíveis?”, concorda com Robert Castel quando afirma que, quanto aos critérios de atendimento aos pobres pela assistência social dois critérios, desde a época pré-industrial, historicamente se estabeleceram: o do pertencimento comunitário, por meio do qual a assistência social se vincula aos membros da comunidade e o da inaptidão para o trabalho, que leva a assistência social a assistir, sobretudo, aos órfãos, aos idosos e aos incapazes de suprir suas necessidades pelo trabalho (CASTEL, 1998, p.57-59). (SILVA, 2010, p.15)

Podemos também refletir sobre essa interpretação de direitos relacionados ao trabalho com os direitos relacionados à propriedade privada. Como se vive na cidade? Se você possui um espaço, se comprou um pedaço de terra e quanto maior for a qualidade desse espaço em que você vive mais direitos você possui, assim você detém de fato o status de munícipe, de contribuinte, e pode exigir seus direitos. Caso contrário, você vive de forma socialmente considerada irregular, é um ilegal urbano, portanto, não tem direitos e precisa se enquadrar se desejar adquiri-los.

Os direitos sociais foram construídos entorno do direito ao trabalho, e essa construção delega à Política de Assistência Social o trabalho com aqueles que são considerados “inaptos ao trabalho” ou ainda quem não consegue colocação no

mercado de trabalho (mesmo que as pessoas sejam sujeitos de direitos que não se esgotam na Assistência Social, como o direito à Saúde, Educação, etc), e para Silva (2010) um exemplo seria o das pessoas que vivem nas ruas, que a autora considera que em grande parte são pobres que estão aptos para o trabalho, muitas vezes em idade economicamente ativa, e que não conseguem emprego por conta dos próprios limites do capital, pois nunca houve na sociedade capitalista emprego para todos:

As principais políticas que conformam e consolidam o Estado social nos países capitalistas desenvolvidos foram orientadas pelo primado do trabalho e instituíram-se como direito do trabalho. Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho para todos, os Estados capitalistas desenvolvidos garantiram direitos derivados do exercício do trabalho para os trabalhadores capazes e inseridos no mercado de trabalho. Este princípio orientou a construção do Estado social em praticamente todos os países europeus no século XX. Os critérios de inaptidão ao trabalho continuam a prevalecer na assistência social, mesmo após sua inclusão no Estado social como direito de cidadania (BOSCHETTI, 2003, p.59 apud SILVA, 2010, p. 14)

Por tanto, acaba sendo esperado que a Política de Assistência Social seja um agente mediador para o acesso dos pobres aos seus direitos. Silva (2010) destaca que foi na Constituição de 1988 que a Assistência Social passou a ser um direito social em nosso país, através do artigo 203. A autora afirma que:

O conteúdo do artigo, por um lado, exalta que a intervenção da assistência social deve ser dirigida às crianças e adolescentes pobres, aos idosos e às pessoas com deficiência, incapazes de suprimir as suas necessidades por sua própria ação ou tê-las suprimidas pela sua própria família, sendo que quanto às pessoas com deficiência, a intervenção deve ser direcionada para a volta ao convívio comunitário, isto é, os critérios de inaptidão ao trabalho e domiciliação estão bem conjugados. Por outro lado, aos demais cidadãos que necessitam da assistência social reserva-se a “promoção da integração ao mercado de trabalho”, como diz o inciso terceiro. (SILVA, 2010, p. 15)

Para a autora “a assistência social como direito incorporou com toda a força o critério da inaptidão ao trabalho” (BOSCHETTI, 2003, p. 52 apud SILVA

2010, p.15) e, por tanto, quando se trata das pessoas que vivem nas ruas enfrentamos um paradigma, que a autora nos traz da seguinte reflexão:

A população em situação de rua expressa essa situação. É uma população que não tem acesso ao trabalho assalariado estável que, no Brasil, assegura o acesso às políticas de proteção social aos trabalhadores, como a previdência social. E não tem acesso às políticas sociais dirigidas aos incapazes para o trabalho (assistência social) porque é apta ao trabalho, embora não estejam usufruindo esse direito. Assim, enfrenta a pobreza extrema e a ausência da proteção social. (SILVA, 2010, p.15/16)

Diante desse entendimento podemos admitir a falha das políticas sociais em assegurar a proteção social, a garantia de direitos que foram afirmados em 1988, na Constituição Cidadã, através das lutas de movimentos sociais e setores da sociedade civil.

Segundo Telles (1996) “se assim for, uma discussão sobre os direitos sociais não poderia mesmo ir além da justa indignação contra a miséria do mundo ou então a repetição do discurso sociológico que explica a ordem de suas causalidades e determinações” (TELLES, 1996, p.3). A autora ainda destaca que:

Mas então talvez seja necessário deslocar o terreno da discussão e repensar os direitos sociais não a partir de sua fragilidade ou da realidade que deixaram de conter, mas a partir das questões que abrem e dos problemas que colocam. É certo que falar dos direitos sociais é um modo de se apropriar da herança (um certa herança) da modernidade e de assumir a promessa de igualdade e justiça com que acenaram. Mas ao invés de tomar isso como dado da história agora superado ou negado pela fase atual de reestruturação do capitalismo mundial, trata-se de tomar os direitos sociais como cifra pela qual problematizar os tempos que correm e, a partir daí, quem sabe, formular as perguntas que correspondam às urgências que a atualidade vem colocando. (TELLES, 1996, p.3)

2.6 Tem Direitos na Assistência Social?

Quanto a políticas sociais dirigidas às pessoas que vivem nas ruas não ouvimos nas entrevistas menção à saúde, educação e outras políticas sociais, somente a assistência social foi mencionada, reproduzindo a ideia histórica de mediação entre a classe trabalhadora e o acesso à direitos através da política de assistência social. De acordo com Silva “a relação da *população em situação de rua* com as políticas sociais no Brasil é de ínfimo acesso” (SILVA, 2010, p.1).

Porém, nas falas de todas as pessoas entrevistadas eles/as afirmaram que são atendidos pela Assistência Social (em determinadas circunstâncias, como doença/necessidades de cuidados; identificação/necessidade de documentação, etc) e, em contra partida, também houve a afirmativa de que vivendo na rua eles não tem acesso à direitos. A Política Nacional de Assistência Social não deveria ser um direito? Como essa relação com os serviços se materializa quando falamos de pessoas que vivem nas ruas?

Quando falam sobre os serviços da assistência social que conhecem, todas as pessoas entrevistadas citam primeiramente a “equipe de rua” (serviço especializado em abordagem social), citam também o Centro Pop e ainda citam serviços que não são da Política Nacional de Assistência Social associando-os a ela, como o Poupa Tempo.

– Assistência social que mais ajuda a gente, que estende a mão. É os que mais entende, entendeu? O porquê... Porque o resto não entende nada não.

Ricardo, 2015.

Na fala de Ricardo a Assistência Social aparece como ajuda pois é onde encontram respostas para demandas imediatas como banho, lanche, descanso, cuidado e orientação. Vemos também que esse pensamento se reproduz nas falas de nossos/as demais entrevistados/as.

Ana nos mostra isso dizendo que da Assistência Social o único serviço que ela conhece é a “equipe de rua” (mesmo que ela já tenha passado por serviços

como albergue noturno e centro pop, no momento da entrevista ela somente lembra e faz referência ao serviço especializado em abordagem, quando se fala em Assistência Social e garantia de direitos), que tem por característica ir ao território, ao encontro das pessoas de forma ativa e continuada, ofertando primeiramente, como caminho para a construção de vínculo, a escuta qualificada, o que, para Ana, gerou uma relação de confiança. Quando perguntamos a ela se esse serviço faz diferença em sua vida ela responde dizendo “Faz, muita!!!! Tá fazendo!”:

- Ah conversar, desabafar um pouco. A gente fica aqui e não desabafa assim pra qualquer pessoa.
- Vou desabafar com um pior do que eu? (Risos) Deixa cada um com seu sofrimento, pra ficar mais triste, mais decaída, então prefiro ficar no meu problema sozinha.
- Gostava também do Camará que tinha assistente social lá em São Vicente, Camará era uma ONG, fazia todos os cursos...

Ana, 2015.

Vemos também na fala de Ana que a entrevistada não faz distinção entre serviços ofertados pela prefeitura ou por ONGs, para ela o que parece ser de real importância é a construção de vínculo, a relação que se estabelece entre os trabalhadores e as pessoas atendidas. É através dessa relação que se há possibilidade de garantia de direitos.

Na fala de Ricardo o serviço de abordagem também aparece com proximidade e vínculo. Ele evidencia o fato de o serviço estar nas ruas todos os dias, próximo a eles e por isso, segundo ele, existe empatia. O serviço sabe o que ele vive na rua, diferente de serviços que são reativos, aguardando que a demanda chegue até eles:

- Da equipe de rua eu acho sensacional. Porque eles sente a dor que nós tá passando na rua, eles sim são verdadeiros. A equipe de rua que recolhe a pessoa na rua troca mó ideia e tal, agora aqueles que fica lá dentro lá, eles não sabem de nada, não sabem nem uma dor. Eles ficam colocando aquelas ilusão na cabeça dos outros.

– A equipe de rua, é diferente deles, o pessoal da rua que vem com a perua, totalmente diferente. É compreensível, eles entendem tu, quer dizer, eles tão na rua, eles tão sentindo a dor tendeu? Que nem você tá aqui agora, ce tá sentindo qual é a dor do vagabundo.

– Eles sempre me ajudo na hora que eu mais precisei, que eu tava na rua, eles me recolheram do lugar que eu tava e me trouxeram pra cá, tomar um banho tirar a dor do corpo todinha ali na “Casa Aberta”¹⁵. Por isso que eu dou valor pra eles, na hora que eu mais precisei eles me ajudaram tendeu.

Ricardo, 2015.

Em relação à outros serviços, Ricardo apresenta uma postura diferente e fica marcado em sua fala o sentimento que ele expressa dizendo, em relação ao serviço, “Você vive da minha desgraça, você come da minha desgraça, quem é você pra vir falar alguma coisa pra mim?”. Ao mesmo tempo que existe uma relação de ajuda e gratidão também há por outro lado um sentimento de não-reconhecimento e de crítica, como se os funcionários tivessem uma dívida para com ele. Demonstra também a consciência de que o serviço somente existe porque existem pessoas vivendo na rua. Há uma relação contraditória entre gratidão e crítica que se manifesta de acordo com a construção da relação entre os serviços e as pessoas atendidas:

– Eles não gosta de mim lá não, porque eu já vivo sofrendo na rua faz tempo viu, ai eu fico “ai moço não vai vir com essas ilusão pra nós não se enxerga, essas ideia que ce tá falando ai as melhoria, é pra vocês não pra nós ce tá vendo o seu lado. “Você vive da minha desgraça, você come da minha desgraça, quem é você pra vir falar alguma coisa pra mim? Você é muito mais pior do que eu mano”. Ele não gosta de mim não, pra evitar essas conversar eu nem vou mais lá... Ele vem com aquelas ilusão eu já falo.

Ricardo, 2015.

¹⁵ Referência à antiga casa de passagem da assistência social. O abrigo foi desativado e foi aberta a Seção de Acolhimento Adulto Idoso e Família, Seacolhe-AIF. Pelo fato de o novo acolhimento ser próximo à antiga “Casa Aberta” as pessoas que vivem nas ruas costumam continuar denominando da mesma forma.

As ilusões fazem referência a melhorias que, segundo nosso entrevistado, são discutidas e prometidas pelo serviço, além da própria perspectiva de saída da rua para as pessoas que são atendidas, que é de fato pequena. A política vem “de cima para baixo” e impulsiona os planos de atendimento fundamentalmente na direção da inserção em programas de transferência de renda, abrigamento e tentativa de inserção precária no mercado de trabalho, colocando nesse processo condicionalidades que acabam por dificultar esse processo e desmotivar as pessoas que dele não se sentem pertencentes, e que acabam, assim, por desistir do plano. É importante também ressaltar que por vezes as condicionalidades são colocadas numa perspectiva moralizante, e são essas condicionalidades que muitas vezes dão acesso e permanência aos chamados “benefícios”. Cabe aqui ressaltar que para Silva um dos empecilhos estruturais para o “acesso às políticas sociais pela população em situação de rua é, sem dúvida, o caráter seletivo e residual dessas políticas no Brasil” (2010, p.16). A autora afirma que:

Políticas sociais como “exigências burocráticas” materializam a seletividade, cujos objetivos “não são estabelecer estratégias para ampliar acesso aos direitos sociais, mas definir regras e critérios para escolher, para averiguar minuciosamente, quem vai ser selecionado, quem vai ser eleito para ser incluído” (BOSCHETTI, 2003, p. 86 apud SILVA, 2010, p. 16).

Já Miguel nos conta sua experiência com o Centro Pop como garantia de direito através de acesso a banho, lanche e regulamentação de documentação, sendo que está última é um dos símbolos da cidadania:

– Sim, no caso do Centro POP. Eu cheguei lá e falei “moça, estou desempregado, não paguei aluguel, fui pra rua, roubaram minha mochila com os documentos todos dentro [...] tudo... É recente minha situação na rua, não que eu já não tenha passado por isso”, passei muito tempo [...] No Centro Pop ajudam a gente, a tomar um banho, comer um lanche... Ajuda você a tirar um documento decente. Então isso é uma ajuda, é um direito.

Miguel, 2015

Vemos novamente a indiferenciação entre ajuda e direito na fala de Miguel. As pessoas entrevistadas também mostram em suas falas que acessam os serviços da Assistência Social, por vezes, para garantir sua sobrevivência, através do banho, lanche, etc. Porém, também relatam que conseguem ter acesso a isso de outras formas, seja por pessoas, comércios ou entidades de caridade que costumam garantir, por exemplo, alimentação.

Pedro demonstra isso dizendo que consegue sobreviver sem os serviços da Assistência Social, e quando perguntamos se esses serviços fazem diferença em sua vida ele responde:

- Aparentemente sim, mas até agora não vi nenhum resultado.
- Hum, eu do um jeito. Eu me viro pra lá e pra cá do um jeito, do um jeito...

Pedro, 2015.

Sobre os abrigos e acolhimentos ofertados pela assistência social na cidade, somente conversam sobre eles quando perguntamos e, ainda assim, trazendo uma perspectiva negativa, de violação de direitos:

- Não gosto de Abrigos. Não vou e não durmo lá. Já conversei até com você, eu não gosto e não vou. Sabe porquê? É você dormindo na cama de cima e o de baixo fumando crack. O outro ouvindo RAP no último volume naquelas caixinhas, com funk de ficar batendo garrafa e cadeia, e fica falando o que fez e o que não fez na vida sendo que nunca pegou uma arma na vida, aí você olha para o estado do cara e fala: - meu Deus, olha as ideia. Eu prefiro a rua com pessoas que eu conheço... Você pode ver lá, o pessoal no lixo, brincando, rindo, aqui todo mundo em paz... Mas ninguém fala de cadeia de malandro. Se você tem distração... felicidade é uma cenoura pendurada numa vara de pescar na frente de um coelhinho... Ele sai correndo atrás dela, de vez em quando ele consegue dar uma mordida. Não é algo constante, é algo de vez em quando. E rua não é felicidade, mas quando você consegue pelo

menos um dia, almoçar bem, jantar bem, uma televisão, passar um dia diferente, é um dia de felicidade, é uma mordida que você deu. No outro dia, volta a correr atrás, entendeu?

Miguel, 2015.

Esses relatos remetem à rua como um Lugar, e mais uma vez os serviços de acolhimento e abrigo se mostram configurando-se como Não-Lugares, como já pesquisamos em outro estudo¹⁶.

Ainda em relação aos serviços de acolhimento da assistência social, Varanda afirma que:

O acolhimento na rede de assistência é estimulado pelo marketing da assistência social sob lemas como “dê mais que esmola, dê futuro”, enquanto isso os agentes sociais responsáveis pelos encaminhamentos aos albergues endossam os relatos colhidos entre a população de rua e instituições de abrigo afirmando que o seu maior problema ainda é a falta de vagas. Ainda assim os discursos oficiais do poder público afirmam o contrário, baseados na recusa de alojamento por parte de algumas pessoas fixadas há muitos anos na rua. (VARANDA, 2009, p.40)

Essa recusa da qual Varanda fala, por parte de pessoas que vivem na rua há muito tempo, está relacionada ao fato de que quanto mais tempo uma pessoa vive na rua mais a rua se torna um Lugar e, conseqüentemente, os serviços de acolhimento e abrigo tornam-se Não-Lugares e por esse e outros aspectos, torna-se assim, mais difícil construir a saída da pessoa da rua, mesmo que a pessoa manifeste interesse nesta ideia¹⁷.

Considerando-se que atualmente o foco de trabalho da Política Nacional de Assistência Social no atendimento às pessoas que vivem nas ruas é o de construção de “portas de saída das ruas”, quando a pessoa a ser atendida não demonstra esse interesse ela acaba não acessando efetivamente aos serviços direcionados para atenção a esse público. Destacando que, segundo a Política

¹⁶ Vide a Iniciação Científica “A Rua e os Serviços da Assistência Social na Perspectiva das Pessoas em Situação de Rua como Lugares e Não-Lugares no município de Santos”. (LAFFRONT, 2015)

¹⁷ Vide a Iniciação Científica “A Rua e os Serviços da Assistência Social na Perspectiva das Pessoas em Situação de Rua como Lugares e Não-Lugares no município de Santos”. (LAFFRONT, 2015)

Pública Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, o trabalho da Assistência Social deve ser de:

1. Estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da *população em situação de rua* e, em consonância, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
 2. Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da *população em situação de rua*;
 3. Inclusão de *pessoas em situação de rua* no Cadastro Único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de ações;
 4. Desenvolvimento e estímulo a formas associativas e de inclusão produtiva articulando com as demais políticas públicas;
 5. Promoção do acesso e inclusão de adultos, famílias, pessoas idosas e pessoas com deficiência *em situação de rua* aos benefícios previdenciários, eventuais e programas de transferência de renda, em especial, o Benefício de Prestação Continuada;
 6. Adequação dos equipamentos que acolhem as *pessoas em situação de rua*, favorecendo o acesso à educação e ao trabalho, com flexibilização de normas relativas a horários, alimentação/refeições e higienização, guarda de pertences, dentre outras;
 7. Incentivo à participação da *população em situação de rua* nos espaços de controle social: como conselhos, fóruns e organizações;
 8. Garantia da oferta de trabalhos sócio-educativos nos serviços que propiciem oportunidades de desenvolvimento pessoal e participação coletiva nos processos de acolhida, convívio e autonomia;
 9. Garantia do trabalho de abordagem de rua com equipe qualificada;
- (BRASIL, 2008, p.21)

Procuramos conversar com as pessoas que entrevistamos sobre o que elas acham que as pessoas que vivem nas ruas mais precisam, qual sua maior necessidade, e nos foi dada a seguinte resposta:

– Ah de um apoio né? Mas cada um cada um né? Não sei o que se passa na pessoa, eu mesmo quem vê assim fala que é falta de vergonha, safadeza... Não é, ninguém sabe o que eu passei e o que eu passo né... Então é isso.

Ana, 2015.

Ou seja, quem vive na rua precisa de apoio sem julgamento, precisa de atenção. Para trabalhar com as pessoas que vivem na rua numa perspectiva de garantia de direitos não se pode ter protocolos rígidos, ou mesmo serviços rigorosamente padronizados, como a própria Política Nacional identifica como papel da Assistência Social. É necessário o respeito à diversidade, afinal, como nos lembra Ana, “cada um é cada um”. Trabalhar junto com a pessoa a ser atendida, seja na construção de sua saída da rua ou seja na garantia de acesso à direitos mesmo que a pessoa decida continuar a viver na rua, esse seria o papel da assistência social e, para além, o papel das políticas sociais que devem por direito atendê-los/as, lembrando que, para Silva, “o horizonte das políticas sociais no capitalismo deve ser a redução das desigualdades sociais, em busca da igualdade de condições” (SILVA, 2010, p.12).

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou, inicialmente, conhecer e analisar o modo como as pessoas que vivem nas ruas entendem a dimensão do direito à política de assistência social e compreender quem são e como significam o espaço e a dinâmica em que vivem, os seus direitos e os serviços da Política Nacional de Assistência Social no município de Santos. Para tanto, realizamos um estudo bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com pessoas que vivem nas ruas na cidade de Santos.

Acreditamos que os objetivos iniciais foram alcançados e a hipótese deste estudo foi confirmada. Partimos do pressuposto de que quem vive nas ruas não se vê enquanto sujeito de direitos e também destacamos que a compreensão desse aspecto, assim como da rua como espaço de significação para quem a vive, é fundamental para que o trabalho na Política Nacional de Assistência Social se dê na perspectiva de garantia de direitos sociais e humanos.

A escolha de utilizar entrevistas semiestruturadas como metodologia fez fundamental diferença para este estudo pois, dialogar com as pessoas que vivem nas ruas é fundamental para buscar processos de trabalho garantidores dos direitos sociais e humanos, sendo esse um compromisso inalienável, da nossa profissão.

Porém, após o processo das entrevistas refletimos também sobre esta metodologia. O diálogo permite que a pessoa entrevistada e quem a entrevista coloquem-se à questionamentos e reflexões, sendo assim muito importante, mas, o fato de, como operadora social, acompanhar duas das pessoas que foram entrevistadas de forma frequente em meu trabalho me fez perceber como alguns aspectos mudam quando nos colocamos na entrevista, mesmo que seja um diálogo com alguém que conhecemos e vemos frequentemente.

Um dos principais aprendizados nesta pesquisa foi o de que esse fenômeno social que aqui estudamos existe há muito tempo, desde a formação das primeiras cidades (Carvalho 2002). Nossas leituras nos possibilitaram entender que há pessoas vivendo nas ruas desde a Idade Média, e que as formas de viver na rua e o modo como a sociedade explica e intervém nesse fenômeno se reproduzem ao longo da história. Dentre elas a forma de denominação das pessoas que vivem nas

ruas como vagabundas, mendigas e loucas, assim como as intervenções higienistas, moralizadoras e segregadoras.

Outro aspecto importante foi o entendimento de que as pessoas que vivem nas ruas não são *excluídas*, ao contrário, fazem parte da sociedade, sendo uma engrenagem no modo de produção capitalista por ele apropriado para garantir a reprodução das relações sociais de exploração, miséria e subordinação.

Considerando as falas das pessoas entrevistadas entendemos assim que os equipamentos a elas destinados acabam por não promover a efetivação da garantia de direitos em sua plenitude. Sendo assim, entendemos que existem falhas nas Políticas Sociais no que diz respeito à efetivação da proteção social para a qual foram criadas.

Neste sentido, as pessoas entrevistadas demonstram entender que a rua é uma escolha, mesmo que injusta sob vários aspectos. Dizem que quando se escolhe viver na rua é necessário abrir mão do “direito à ter direitos”, assim, eles afirmam que o contato que tem para garantir alguma necessidade é através da Assistência Social, e ainda assim, impera o entendimento de que este acesso é uma ajuda, e não um direito em si, e na maior parte das situações essa relação se dá através da viabilização de novas vias de documentos que, acaba, para eles, por ser a simbólica representação do acesso à cidadania.

Pelas entrevistas constatamos que eles/as não se enxergam enquanto sujeitos de direito porque não se veem enquanto classe trabalhadora. Para eles é o trabalho formal que garante direitos, como uma troca. Não se percebem enquanto trabalhadores mesmo que trabalhem, assim como falaram em trechos das entrevistas sobre suas rotinas de sobrevivência e trabalho, pois entendem que somente o trabalho formal dá acesso, de fato, à cidadania.

Após esse percurso de estudo e reflexão pensamos sobre a resistência das pessoas que vivem nas ruas. Resistir é a capacidade de conservar-se firme, de não sucumbir, sinônimo de defender-se, contrapor, lutar. Quando falamos em “resistências ou direitos” pensamos na ideia de afirmar a rua como direito de quem resiste, a rua como direito de quem luta para viver cotidianamente contra as opressões, desigualdades e violências, a resistência de quem vive na rua face as condições aviltantes de dominação, opressão e exploração que não permitem

vislumbrar horizontes e construir outras formas de sociabilidade. Viver na rua é um direito que não deve ser garantido em detrimento dos demais direitos.

Considerar esses fatores é importante no trabalho do serviço social com as pessoas que vivem nas ruas, pois, através da compreensão do universo de relações estabelecidas entre eles nas ruas e com as ruas e, ainda, da manutenção dos meios de subsistência por eles criados é que se pode efetivar um trabalho profissional garantidor de direitos, norteado pela emancipação humana em consonância com o código de ética de nossa profissão.

Por outro prisma, também é importante essa reflexão visto que nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social há cada vez mais o trabalho multidisciplinar, o que pode provocar a extensão destas reflexões a outros profissionais e trabalhadores das políticas sociais.

Continuo acreditando que a discussão desta temática é fundamental para o serviço social, considerando-a como uma expressão radical da questão social (SILVA, 2009). Esta reflexão é imprescindível para fomentar a busca de processos de trabalho que viabilizem o pleno acesso aos direitos sociais e humanos.

Chego ao final deste Trabalho de Conclusão de Curso com novos questionamentos e maior vontade de pesquisar e buscar entender como o serviço social pode de fato efetivar a práxis, junto à, e também enquanto, classe trabalhadora tendo, principalmente após meu processo de formação acadêmica e de trabalho na Política Nacional de Assistência Social, a certeza de que é fundamental o constante questionamento dos métodos, o aprimoramento da técnica, a continuidade dos estudos e a permanente indagação da direção social do trabalho profissional e o compromisso de atribuímos as pessoas que vivem nas ruas a possibilidade histórica de lutar (junto a nós e aos movimentos sociais) para a transformação material da realidade.

Relacionando o percurso deste Trabalho de Conclusão de Curso com minha vivência de trabalho na Política Nacional de Assistência Social em Santos, percebo também que, principalmente no trabalho com as pessoas que vivem nas ruas, é necessário que não adotemos protocolos rígidos, que saibamos flexibilizar o trabalho na medida em que se compreende a heterogeneidade deste fenômeno. Do contrário corre-se o risco de violar direitos ao invés de garanti-los. Para que não se utilizem protocolos rígidos é necessário que a equipe de trabalho conheça a Política

Nacional e as demais legislações pertinentes, assim como a conjuntura da cidade e estudos relativos a esse fenômeno, para que se possa assim ter um trabalho qualificado e especializado. Não se pode adotar generalizações, é necessário valorizar as particularidades que se manifestam. É fundamental ter em mente que as pessoas que vivem nas ruas tem múltiplas necessidades e histórias de vida diferentes, assim como toda a população brasileira.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado** / Maria Lucia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra ; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). – São Paulo : Cortez, 2012.

BRASIL. Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm> acessado em 30/10/2015 às 22h17.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, Texto da Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de novembro de 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, Maio. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). Brasília, nov. 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 381**, publicada no DOU em 12 dezembro de 2006.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BURSZTYN, Marcel. (org.). **No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores**. Brasília: Garamond, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Bestializados: O rio de janeiro e a república que não foi** (os). 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. FORTI, Valeria. Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate. O Social em Questão - Ano XV - nº 28 – 2012.

GEREMEK, Bronislaw. **Os Filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? / Camila Giorgetti. – 3. reimpr. São Paulo : Fapesp, Educ, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de um interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho, - 36. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Villela Iamamoto. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354850> acessado às 17h26 do dia 15/11/2015.

LAFFRONT, Juliana. **A Rua e os Serviços da Assistência Social na Perspectiva das Pessoas em Situação de Rua como Lugares e Não-Lugares no Município de Santos**. 2015. 34 f. Relatório de Iniciação Científica (IC - CNPq) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2015.

LANCETTI, Antonio. **CASA DE INVERNO**: Notas para a desinstitucionalização da Assistência Social. Saúde Loucura, 4. São Paulo, HUCITEC, 1993. p. 71-84.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados 17 (48), 2003.

MINAYO. M.C.S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989

NEVES, Delma P. **Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua**. In: ROSA, Cleisa M. M. (Org.). *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo. Hucitec. Ano de 1995.

NOGUEIRA, Fabiana da Glória Pinheiro. **Hóspedes incômodos: estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, setembro de 2008. Disponível em <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13094/13094_1.PDF> acessado em 10/06/2015 às 20h05.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída: Um estudo sobre as relações entre o Estado e os moradores de rua em Brasília**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2008.

POUSA JUNIOR, Efren Fernandez. **Políticas públicas para inclusão social dos moradores de rua**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2778, 8 fev. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18448>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

RAMIREZ, Paulo Niccoli. **A Revolução Vagabunda: Baudelaire, Walter Benjamin e o fim da história**. (2010) Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13955>> acessado às 20h27 em 30 de outubro de 2015.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. Ed Hucitec, SP, 2005.

SAWAIA, Bader. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª Edição – Ed. Vozes. Petrópolis, 2001.

_____. Secretaria de Assistência Social. **Censo de População em Situação de Rua da Cidade de Santos**, Sumário Executivo, 2014.

SERPA, Angelo. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano**. In *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios* / Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). – São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Cristiane Rocha. Gobbi, Beatriz Christo. Simão, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. UFLA, 2004. <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/210/207>>. Acesso em 2015-05-28.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de rua no Brasil** / Maria Lucia Lopes da Silva. – São Paulo : Cortez, 2009.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance**. (2010) (Mensagem Pessoal)

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. Marta Borba Silva. – São Paulo: Cortez, 2014.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Departamento de Sociologia USP 1996. Publicado in: *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. Disponível em < <http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/04/1996-Direitos-sociais1.pdf>>

VARANDA, Walter. **Liminaridade, bebidas alcóolicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua**. 2009. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-18032011-164414/>>. Acesso em: 2015-05-24.

VIEIRA, M. A. C.; Bezerra, E. M. R.; Rosa, C. M. M. (Orgs). **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social** / Maria Carmelita Yazbeck. - 8. ed. – São Paulo : Cortez, 2015.

APÊNDICES

1. TCLE



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista

Página 1 de 2



CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em serviço social com o título – **RESISTÊNCIAS OU DIREITOS? Um estudo com as pessoas que vivem nas ruas na cidade de Santos** (SP) tem como objetivo conhecer as concepções e experiências dos entrevistados, que vivem nas ruas no município de Santos.

Você está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista, que será gravada, com um prazo aproximado de uma hora, sem a identificação do seu nome, sem remuneração ou qualquer despesa. O objetivo dessa entrevista é conhecer o seu cotidiano de vida nas ruas e nos serviços da política de assistência social, em Santos, e o significado que você atribui ao direito a esses serviços da assistência social.

A pesquisadora compromete-se a utilizar as informações obtidas apenas para essa pesquisa. Informamos que é garantida a liberdade na retirada de seu consentimento a qualquer momento. Ressaltamos que em qualquer etapa deste estudo, você terá acesso a esta pesquisadora e sua orientadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva sito à R. Silva Jardim, 133/166 – Vila Matias – Santos/SP. A pesquisadora é a estudante de Serviço Social da Unifesp – Campus Baixada Santista: Juliana Vilar da Nóbrega Laffront, que pode ser encontrado/a no telefone:(013) 98824-9096. Sua orientadora, a Profa. Dra. Sônia Regina Nozabielli, professora no mesmo curso/Campus pode ser encontrada no telefone (013) 33878-3833 e e-mail: sonia.nozabielli@gmail.com. Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFESP – Rua Botucatu, 572 -1º andar – cj 14 – fones: (11) 5571-1062, FAX: (11) 5539-7162. E-mail: cepunifesp@unifesp.br.

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo para este Trabalho de Conclusão de Curso em serviço social. Discuti com a/o pesquisador/a sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo. Por fim, estou ciente de que esse TCLE será assinado em duas vias, sendo que uma delas ficará com a pesquisadora e a outra comigo.

Local/Data: _____

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Local/Data: _____

Nome da pesquisadora: _____

Assinatura: _____

2. ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro para a entrevista

Questão / Problema: Eles se enxergam enquanto sujeitos de direitos? O que é para eles a assistência social?

Objetivo: Analisar o modo como as pessoas que vivem na rua entendem a dimensão do direito a política de assistência social. Compreender a significação de seus direitos

Perguntas Base: O que é ter direitos? Quem vive na rua têm direitos? Quais são esses direitos? Fale de uma situação em que você se percebeu como sujeito de direitos. Fale de uma situação em que você percebeu que seu direito foi violado. Para você a Assistência Social é um direito? Por quê?

Questão / Problema: Caracterização do perfil de quem vive na rua a partir das entrevistas. Como é para eles viver na rua? Como se dá sua rotina e relações?

Objetivo: Compreender quem são eles e como significam o espaço e a dinâmica em que vivem.

Perguntas Base: Há quanto tempo você vive na rua? Porque vive na rua? Como é viver na rua? Como é seu dia a dia na rua? (O que você costuma fazer durante o dia? E a noite?) Se você fosse dizer para alguém que não vive na rua sobre o que significa viver na rua o que você diria? Qual a importância da rua na sua vida? Tem alguma coisa na rua que não dá para abrir mão?

Roteiro para a entrevista

Questão / Problema: O que os serviços de assistência social representam para eles? Como eles os enxergam?

Objetivo: Compreender como significam os serviços da política de assistência social.

Perguntas Base: Quais serviços da assistência social você conhece? O que acha deles? Você já fez uso de algum? Qual a importância desses serviços para sua vida? Tem alguma coisa nesses serviços que não dá para abrir mão?

Questão / Problema: Estar na rua é uma forma de resistência? A política de Assistência Social tem resistência em aceitar/trabalhar a vida na rua como direito? As pessoas que vivem nas ruas tem resistência em acessar seus direitos e viver na rua?

Objetivo: Compreender as formas de resistência na relação pessoas que vivem nas ruas x assistência social

Perguntas Base: Viver na rua é um modo de resistência? O que significa resistir para você? A que você resiste? Você pensa em continuar a viver na rua? Por quê? Você é atendido pela assistência social mesmo continuando na rua? Você acha que viver na rua é um direito? Acredita que quem vive nas ruas têm direitos? Qual a maior necessidade de quem vive na rua?